

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

Mariana Rêis Maria

**“POSSIBILIDADES ECONÔMICAS PARA NOSSOS NETOS”:
POR QUE AINDA TRABALHAMOS TANTO?**

Campinas

2014

Mariana Rêis Maria

**“POSSIBILIDADES ECONÔMICAS PARA NOSSOS NETOS”:
POR QUE AINDA TRABALHAMOS TANTO?**

**Monografia apresentada ao Instituto
de Economia da Universidade
Estadual de Campinas como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.**

**Orientador: Prof. Dr. PAULO SÉRGIO FRACALANZA
MARIANA RÊIS MARIA**

“Possibilidades Econômicas para Nossos Netos”: por que ainda trabalhamos tanto

MARIANA RÊIS MARIA

“Possibilidades Econômicas para Nossos Netos”: por que ainda trabalhamos tanto?

**Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Econômicas.**

Data da defesa: 09/12/2014

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza

Examinadora: Profa. Dra. Adriana Nunes Ferreira

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida e pelo carinho com que tem guiado os meus passos;

Ao meu mestre Prof. Dr Paulo Sérgio Fracalanza pela paciência, dedicação, entusiasmo sem os quais esse trabalho não poderia ter sido concluído e pela amizade nesses quatro anos de graduação;

Aos meus pais e minha família pelo amor e luta todos esses anos para que, hoje, eu pudesse me formar em uma das melhores universidades desse país,

Ao meu namorado pela paciência e companheirismo que me fizeram seguir em frente;

Aos meus amigos, funcionários, docentes e discentes da Universidade Estadual de Campinas, os quais tornaram possível essa grande conquista em minha vida;

A todos os meus demais amigos e professores que passaram pela minha vida escolar, agradeço de coração a contribuição de cada um na minha formação acadêmica e pessoal.

“O que significa, realmente, esta busca inexorável de um progresso, que parece escapar-se sempre que se pensa tê-lo alcançado? Não dominado, o progresso deixa atrás de si a insatisfação [...] A qualidade e a verdade das relações humanas, o grau de participação e de responsabilidade não devem ser menos significativos e importantes para o devir da sociedade do que a quantidade e a variedade dos bens produzidos e consumidos.” (Papa Paulo VI, Octogesima Adveniens)

Resumo

A inspiração desse trabalho, o texto *Possibilidades Econômicas para Nossos Netos*, do economista John Maynard Keynes expõe uma visão otimista sobre o futuro da humanidade. O ser humano finalmente seria libertado do seu mais primitivo problema econômico: o fardo do trabalho na luta pela subsistência. Com uma jornada de trabalho de 3 a 4 horas semanais e mediante a superação das “necessidades absolutas”, o homem redirecionaria seu tempo para atividades não-pecuniárias: lazer de qualidade, relações pessoais, artes e contemplação da vida e do belo. Todavia, as previsões de Keynes não foram alcançadas. Somos os netos de Keynes e estamos longe de presenciar uma sociedade que tenha superado o “amor ao dinheiro”. Com o objetivo de entender o porquê disso e também de estimular o debate acerca de uma questão que já assumiu o palco de debates econômicos e sociais, mas encontra-se um tanto esquecida, esse trabalho buscou remontar o raciocínio do economista através de um estudo bibliográfico, uma comparação com alguns estudiosos que também trataram do tema (Bertrand Russell e Paul Lafargue), e um estudo do histórico da jornada de trabalho nos EUA, com a obra *The Overworked American* de Juliet Shor e *Work Without End* de Benjamin Kline Hunnicutt.

Palavras-chave: Keynes, jornada de trabalho, consumo

Abstract

This project's inspiration, the text *Economic Possibilities for our Grandchildren*, by John Maynard Keynes, exposes an optimistic vision about the future of humanity. The human being would be finally free from his most primitive economic problem: the burden of working for survival. With a workday of 3 or 4 hours and with the overcoming of the "absolute needs", the man would enjoy his time with non-pecuniary activities: quality leisure, personal relationships, arts, life and beauty contemplation. However, his forecasts were not reached. We are his grandchildren and we are miles away from a society whose the "love of money" has been overcome. With the goal of understanding this and aiming to encourage the debate of an important question that has already been in the center stage of the economic and social issues, this text looked for rebuilding Keynes' thoughts through a bibliography study, a comparison with some scholars that have studied this issue too (Bertrand Russel and Paul Lafargue), and a historical study of the American working hours, with the works of Juliet Schor, *The Overworked American* and Benjamin Kline Hunnicutt, *Work Without End*.

Key-words: Keynes; working hours; consumption

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. JOHN MAYNARD KEYNES: BREVE RELATO DE UMA TRAJETÓRIA BRILHANTE	10
1.1 Possibilidades Econômicas para nossos netos e os aspectos da <i>good-life</i>	13
1.2 Raízes do Pensamento de Keynes	17
1.2.1 A Era Vitoriana	17
1.2.2 George Edward Moore: influências para Keynes e seus colegas.....	19
1.3 Algumas comparações: visões sobre a possibilidade da redução da jornada de trabalho	22
1.3.1 Bertrand Russell	22
1.3.2 Paul Lafargue.....	25
1.3.3 Uma crença em comum: a redução da jornada de trabalho	27
2. IMPOSSIBILIDADES ECONÔMICAS	28
3. O FIM DO SONHO AMERICANO	33
3.1 O aumento das horas de trabalho e o declínio inesperado do lazer.	33
3.1.2 Da luta social ao <i>work-and-spend cycle</i>	36
3.1.3 O “novo evangelho econômico do consumo” <i>versus</i> o movimento para a redução da jornada de trabalho.....	38
3.1.4 A era do “work-and-spend cycle”	47
4. CONCLUSÃO	52
5. REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Em 1930, o notável economista John Maynard Keynes redigiu um dos mais instigantes textos do século XX, no instável período do entre guerras, quando os países europeus, tentavam se reerguer do primeiro grande conflito mundial que afetara economicamente, socialmente e moralmente a humanidade e colocara o modo capitalista de produção em xeque. Em *Economic Possibilities for Our Grandchildren*, um ensaio depois reunido na coletânea *Essays in Persuasion*, Keynes expõe uma visão otimista sobre o futuro da humanidade, mesmo depois da eclosão de uma crise econômica sem precedentes históricos, a Grande Depressão que teria seu ápice em 1929.¹ O autor acreditava que 100 anos à frente do momento em que escrevia, a sociedade capitalista chegaria a um nível tão elevado de produtividade e de riqueza - seríamos oito vezes mais ricos em média - que o homem finalmente seria libertado do seu mais primitivo problema econômico: o fardo do trabalho na luta pela subsistência. O ser humano seria então, segundo Keynes, privado de seu propósito tradicional, seria solicitado a se adequar e descartar “os hábitos e os instintos (...) criados nele por incontáveis gerações” e teria de lidar com sua nova condição, denominada por Keynes de *good-life*. Nesse “paraíso na terra”, 3 a 4 horas de trabalho semanais seriam suficientes para satisfazer a necessidade humana de trabalhar e as horas extras, antes ocupadas pelo trabalho, poderiam ser destinadas ao lazer de qualidade, às relações pessoais, às artes e contemplação da vida e do belo.

Todavia, mais de oitenta anos depois da publicação desse ensaio, não é possível verificar a realidade prevista por Keynes em 1930. O homem não somente não atingiu uma suposta *good-life* como construiu uma sociedade em que o “amor ao dinheiro” tornou-se comum, e até mesmo moralmente desejável, e a jornada de trabalho atingiu limites desumanos, principalmente nas economias onde o capitalismo, pode-se dizer, é mais consolidado e desenvolvido. As horas que o indivíduo trabalha também estão, de forma crescente, relacionadas diretamente à sua remuneração e à sua posição social e o declínio do lazer como consequência desse processo é inescapável.

¹ O texto de *Economic Possibilities for Our Grandchildren* foi efetivamente publicado em 1930. Keynes decidiu publicá-lo tal como estava a despeito da crise de 29.

Com o objetivo de entender o porquê da não realização das previsões de Keynes, o primeiro capítulo desse trabalho buscou remontar o raciocínio do economista por meio de um estudo bibliográfico no qual a principal obra utilizada foi *Keynes and his Battles*, do autor Gilles Dostaler. Esse livro é especialmente relevante, pois não se trata de uma mera biografia de Keynes, mas versa sobre o Keynes militante, para o qual o principal desafio era convencer seus contemporâneos, particularmente os líderes econômicos e políticos, da urgência das transformações radicais para evitar o colapso de uma sociedade frágil e ameaçada pela pobreza, desigualdade de renda e riqueza, desemprego, crises e conflitos internacionais. Esse estudo é reunido no primeiro capítulo, no qual também é realizada uma comparação de Keynes e dois autores que trataram da possibilidade material da redução da jornada de trabalho: Bertrand Russell e Paul Lafargue. Assim, este capítulo encontra-se dividido em quatro tópicos: 1) John Maynard Keynes: breve relato de uma trajetória brilhante; 1.2) *Possibilidades Econômicas para Nossos Netos* e os aspectos da *good-life*; 1.3) Raízes do Pensamento de Keynes; 1.4) Algumas comparações: visões sobre a possibilidade da redução da jornada de trabalho.

Para esclarecer os possíveis motivos para John Maynard Keynes não ter acertado suas previsões, o segundo capítulo, intitulado “Impossibilidades Econômicas”, utilizou a obra de Robert e Edward Skidelsky, *How Much Is Enough? Money and the Good Life*, como referência principal. Os autores acreditam que existem boas razões para voltarmos às questões expostas por Keynes à época. Primeiramente, porque o autor questionou a utilidade da riqueza, a quantidade necessária de dinheiro para se viver bem. A segunda razão é devida à atual crise, a pior desde a Grande Depressão, pela qual os países ocidentais têm passado. Segundo Robert e Edward, uma crise expõe as falhas de um sistema social e incita a busca por alternativas. E finalmente o terceiro ponto, está relacionado ao desafio de Keynes de imaginar como seria uma vida pós-capitalismo.

Após uma detalhada análise das razões que levaram John Maynard Keynes a acreditar na redução material do trabalho, bem como o apontamento de seus possíveis erros, o terceiro capítulo do trabalho, “A redução da jornada de trabalho: uma não-questão nos Estados Unidos” analisa o caso americano da jornada de trabalho. Para tal missão, o *best-seller The Overworked American: The Unexpected Decline of Leisure* da socióloga e professora do *Boston College*, Juliet Schor, e *Work without end: abandoning shorter hours for the right to work* de Benjamin Kline Hunnicutt foram os escolhidos como obras de referência. O primeiro por produzir um extenso estudo da trajetória da jornada de trabalho no país capitalista que melhor representa

esse sistema, os Estados Unidos. Todavia, a obra não se resume a um estudo estatístico do mercado de trabalho americano, mas busca entender os porquês do “desaparecimento” da demanda por menores horas de trabalho, bem como a relação disso com o padrão de consumo existente no país. Apesar de ter mais de 20 anos, o texto e as questões abordadas por ele são bastante atuais e relevantes para o trabalho em questão. É importante ressaltar que Schor (1992) aponta muitas questões que trazem um interessante paralelo com o trabalho de Skidelsky&Skidelsky (2012), como o aprofundamento da insaciedade e insatisfação humana, a corrida desenfreada pelo consumo e a importância do *status*, entre outras questões que serão aprofundadas nos próximos tópicos tendo como pano de fundo a experiência americana e dentre as quais a relação do trabalho-consumo tem papel principal. O segundo faz um resgate histórico, buscando em que momento da história sucede essa mudança dos “valores americanos” quanto ao tempo e ao trabalho. Benjamin Kline Hunnicutt, professor associado de Estudos sobre Lazer na Universidade de Iowa, dedicou grande parte de seus estudos a esta questão tão pouco explorada. Em *Work Without End: Abandoning Shorter Hours for the Right to Work*, de 1988, Hunnicutt trata do fim do sonho americano, de mais de um século antes da Grande Depressão, da redução da jornada de trabalho. O autor examina o período entre 1920 e 1940 no qual o movimento para a redução da jornada teve fim e deu lugar à expansão econômica através do aumento do trabalho. Junto ao trabalho de Schor, essa obra será usada para entender o movimento do abandono da luta para a redução da jornada nos Estados Unidos.

1. JOHN MAYNARD KEYNES: BREVE RELATO DE UMA TRAJETÓRIA BRILHANTE

John Maynard Keynes, nascido em 1883 na cidade de Cambridge, Inglaterra, é considerado o pai da macroeconomia moderna. De saúde frágil e primogênito de uma família de três filhos, o que lhe garantiu grande zelo de seus pais durante sua infância, Keynes teve uma vida extremamente intensa, ao longo da qual acumulou diversas funções. Sempre teve acesso ao ambiente intelectual de Cambridge, especialmente devido à inserção de seus pais na Academia e na sua posição social privilegiada- seus pais eram descendentes de pregadores puritanos e de burgueses enriquecidos.

A primeira etapa de sua vida intelectual se inicia com sua admissão em uma das escolas de maior tradição inglesa, *Eton*, oferecendo-lhe uma passagem facilitada ao círculo intelectual inglês. Posteriormente, Keynes dirigiu seus estudos à Universidade de Cambridge, entretanto, não se interessava primordialmente por economia, mas sim por matemática e filosofia – ele chegou a recusar, em 1903, um convite de Alfred Marshall para cursar o curso de economia recém-inaugurado pelo mesmo. Apesar de seu grande interesse pela matemática, Keynes não obteve uma classificação excelente nas provas de admissão desse curso em Cambridge e por forças externas acabou cursando os cursos de economia de Marshall e se preparando para ingressar em cargos públicos. Também em 1903, ingressou na sociedade estudantil de discussão de Cambridge, originada no século XIX, os *Apostles*². Esse grupo era composto de 12 membros ativos, mas seu título permanecia para a vida toda, podendo um apóstolo sempre participar das reuniões. O título de apóstolo era restrito aos graduandos e quando graduados eram chamados daí para frente de *Angels*. (GAZIER, 2011)

Em Agosto de 1906, Keynes é admitido no Departamento das Índias em Londres, iniciando sua grande influência no âmbito político; aos 23 anos, era um alto funcionário e suas atribuições não acabariam até o final de sua vida. Em 1908, a convite de Marshall, se torna professor de economia em Cambridge e apesar de se demitir no mesmo ano, adquire o título de *fellow* no *King's College*, permitindo-lhe ensinar sem cátedra de professor. Sua grande independência permitiu-lhe exercer diversas outras funções como especular na bolsa de valores e tornar-se editor do *Economic Journal*, importante fonte de artigos acadêmicos, o que obviamente lhe concedeu bastante influência sobre o meio. (GAZIER, 2011)

Também em 1908, se torna membro de um grupo mais informal e boêmio, o *Bloomsbury*. Esse grupo formado por intelectuais e artistas é fortemente influenciado pelo filósofo e também apóstolo Moore.

Em 1914, com a deflagração da 1ª Guerra Mundial, convidado a participar do esforço de guerra dentro da administração, Keynes consolidou seu lugar ao lado dos poderosos. Entretanto,

² Os *Apostles* é um grupo secreto de discussão intelectual fundado em 1820 por George Tomlinson. Seus membros se reúnem para discutir questões como “verdade”, “Deus”, e “ética”. Muitos intelectuais reconhecidos passaram pelo grupo: John Maynard Keynes, Leonard Woolf, Lytton Strachey e seu irmão James, GE Moore e Rupert Brooke. Muitos membros do grupo boêmio *Bloomsbury* também eram apóstolos: o próprio Keynes, Woolf e Lytton Strachey. Apesar de ser um grupo “secreto”, hoje muitos sabem de sua existência e existem rumores entre os alunos de Cambridge que o grupo ainda existe. Sabe-se que ainda é bastante seletivo e que passou a admitir mulheres a partir dos anos 1970. Fonte: *King's College* Cambridge. Disponível em: <http://www.kings.cam.ac.uk/archive-centre/archive-month/january-2011.html>. Acessado em Abril de 2014.

é quando a guerra acaba e Keynes é convidado a participar das negociações de paz, que suas ideias contrastam veemente com as ideias dominantes. À época do Tratado de Versailles, Keynes defende a anulação das dívidas de guerra, na contramão do desejo dos Estados Unidos e também propõe um plano de recuperação econômica que seria ignorado. O economista estava preocupado com as consequências econômicas e sociais resultantes do tratado. Suas previsões e seu inconformismo com o Tratado são reunidos no livro publicado em 1929, *Economic Consequences of the Peace*, no qual ele afirma que:

[...] o Tratado de Paz não contém qualquer disposição orientada para a reabilitação econômica da Europa - nada que transforme as Potências Centrais derrotadas em bons vizinhos, nada que permita dar estabilidade aos novos Estados europeus, nada para salvar a Rússia; não promove de nenhuma forma um pacto de solidariedade econômica entre os próprios aliados (...) nada se fez para restaurar as finanças desordenadas da França e da Itália, ou para ajustar os sistemas do Velho e do Novo Mundo. (KEYNES, 2002, p.157).

Grandes mudanças ocorreram na vida de Keynes a partir da década dos anos de 1920. Em 1925, após diversos casos homossexuais do autor, ele se casou com a bailarina russa, Lydia Lopokova, com quem dividia a paixão pelas artes. Nesse mesmo período, rompeu com a tradição econômica marshalliana, pensamento dominante na economia inglesa até a década de 20 do século XX.

A Inglaterra, ainda presa à tentativa de retomar os tempos de glória, mantinha-se no padrão-ouro e passava por grandes dificuldades econômicas, com crescimento muito lento e altas taxas de desemprego. Keynes via com preocupação as prescrições deflacionistas colocadas pelo Ministério das Finanças e criticava com veemência os sucessivos governos que promoviam medidas austeras e de disciplina orçamentária. Keynes inicia, então, sua batalha, como colocado pelo biógrafo francês Gilles Dostaler em *Keynes and his Battles*. Segundo Dostaler (2007), o grande esforço de Keynes era convencer seus contemporâneos, particularmente líderes econômicos e políticos, da urgência de transformações radicais para evitar o colapso de uma sociedade frágil e ameaçada pela pobreza, desigualdade de renda e riqueza, desemprego, crises e conflitos internacionais, o que abria portas para os extremismos como o Fascismo e o Comunismo. Keynes desejava mostrar que todo esse cenário era consequência, não de leis naturais inescapáveis, mas de erros humanos e impulsos irracionais inconscientes no qual o “amor ao dinheiro” seria o pior deles. Keynes se definia não como um professor, economista ou político, mas como um “divulgador de ideias”.

A transformação radical do pensamento de Keynes se mostra inicialmente na obra *Treatise on Money* (1930), no qual ele alega que se a economia não mostra tendências de reequilíbrio permanente é porque ela é essencialmente monetária, mas é em 1936 que sua obstinação se materializa com a obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, obra de imediato sucesso, no qual o autor desafia os conceitos da economia clássica e transforma o papel do Estado na atividade econômica, tornando-o o agente principal da geração de investimento e consequentemente emprego, renda e crescimento econômico nos períodos de crise.

Durante e pós a 2ª Guerra, já com a saúde bastante abalada por um ataque cardíaco, Keynes participa novamente de decisões importantes do país. Em 1941, lança as bases de uma nova ordem financeira e monetária internacional para o pós-guerra. Dentre os princípios que a regeriam, Keynes propunha um sistema de compensação internacional que funcionasse com saldos devedores, funcionando como um banco central mundial. A fim de acabar com a hierarquia monetária que gera desequilíbrios profundos, Keynes propôs a criação uma moeda inconvertível, comum a todos os países, o *Bancor*. Entretanto, a contraproposta americana, o *Plano White* foi vencedora à posição oficial inglesa liderada por Keynes. Esse plano previa um fundo de estabilização e um banco de reconstrução, porém não uma nova ordem monetária internacional. Em 1944, apesar da intensa batalha de Keynes, o *Plano White* é imposto pelos Estados Unidos na conferência de Bretton Woods, que apesar de não ter aceitado sua proposta de auxílio aos países e de compensação internacional, foi bastante influenciado por suas ideias, especialmente no que tange ao papel central do Estado.

Apesar da “derrota” inglesa frente aos EUA, Keynes retorna aos Estados Unidos para discutir os empréstimos contraídos pela Inglaterra na guerra. Em 1946, é nomeado diretor de duas instituições criadas no Bretton Woods: Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento. No mesmo ano sofre, na volta do Congresso de Savannah, um ataque cardíaco que o obriga a voltar à Inglaterra onde falece no dia 21 de abril de 1946. (GAZIER, 2011)

1.1 Possibilidades Econômicas para nossos netos e os aspectos da *good-life*

Na contramão da convulsão econômica iniciada no final da década de 1920, um dos mais influentes economistas do século XX vislumbra um futuro bastante otimista para o mundo desenvolvido. Em 1928, John Maynard Keynes apresenta pela primeira vez suas ideias

presentes no ensaio *Possibilidades Econômicas para os Nossos Netos* em uma audiência para graduandos na Universidade de Cambridge. O desejo de Keynes era mostrar a seus pupilos, tão bombardeados por ideais extremistas num período de grande fragilidade do sistema capitalista, que o momento atual do capitalismo era acompanhado de um sentimento de pessimismo econômico extremamente equivocado que se dava em duas frentes contrárias e que se provariam erradas em breve: a dos revolucionários que “acham que as coisas são tão ruins que nada pode nos salvar exceto uma mudança violenta” e dos reacionários que “consideram o equilíbrio de nossa vida econômico e social tão precário que não devemos arriscar nenhum experimento”(KEYNES,1963, p.358).

Ao contrário dos pessimistas, Keynes vê esse período como de exacerbado desenvolvimento econômico, nunca visto outrora pelo ser humano. Porém, o maior desejo do autor não é se prender ao presente e ao curto-prazo, mas “abrir asas” para o futuro e enxergar a mudança excepcional que, segundo ele, estaria por vir para os mais na vanguarda do desenvolvimento econômico e que posteriormente seria estendido a todos no seu devido tempo.

A esse momento futuro Keynes denominou de *good-life* ou, como seu amigo e filósofo Frank Ramsey chamou, de *bliss*. Keynes acreditava que o desenvolvimento econômico produzido pelo aprimoramento da técnica seria capaz de solucionar o problema econômico que aflige o ser humano desde Adão: a luta pela sobrevivência. O capitalismo se colocaria então como uma transição para uma fase de abundância, um novo período em que o homem seria desprovido de seu problema econômico original e no qual teria que se adaptar a uma nova realidade muito diferente daquela que lhe fora apresentada até então. O crescimento econômico “suficiente” para chegarmos à fase do *bliss* estaria, segundo Keynes, a 100 anos do momento que escreve, quando as economias desenvolvidas teriam crescido de 4 a 8 vezes e as necessidades materiais absolutas – aquelas que sentimos em qualquer situação que nós e nossos semelhantes estejamos – teriam sido supridas. É importante ressaltar que Keynes divide as necessidades em duas categorias: necessidades absolutas e de segunda classe ou relativas. A primeira refere-se às necessidades que ocorrem independentemente da situação de outrem, e a segunda, às necessidades que dependem da relação com as outras pessoas, as necessidades que nos fazem sentir superiores. Essa divisão seria posteriormente criticada, inclusive por Skidelsky & Skidelsky(2012), por acreditarem que o autor confundira *necessidade* com *desejo*. Na verdade, cremos, Keynes sabia que havia uma diferença entre “necessidade” e “desejo”, mas parece ter considerado que as necessidades absolutas seriam mais relevantes já que o autor

acreditava que deveria haver um limite para o crescimento econômico. Esse tema será tratado mais profundamente no decorrer do capítulo.

Nessa nova condição, o homem teria que aprender a administrar o tempo que antes era ocupado pelo trabalho, já que o mesmo seria realizado puramente para preencher o “velho Adão dentro de nós” - ou seja, 3 a 4 horas por dia, ou 15 horas semanais seriam suficientes para tal.

Ao ser humano surgiria um novo questionamento, o que fazer com o tempo? Keynes é também bastante otimista e acredita na hipótese de que, ao contrário do que a experiência mostrava com as mulheres ricas, inábeis e infelizes da Inglaterra e nos Estados Unidos- as quais foram privadas, devido à sua riqueza, de qualquer tarefa e ocupação tradicional- o ser humano, ao se deparar com sua nova condição, seria capaz de administrá-la e desfrutá-la de maneira sábia, prazerosa e completa. Mudanças importantes também em outras esferas ocorreriam,

[...] quando a acumulação da riqueza não for mais de alta importância social, haverá grandes mudanças nos códigos morais [...] o amor ao dinheiro como uma posse [...] será reconhecido pelo que é, algo como uma morbidez asquerosa [...] Todo tipo de costume social ou práticas econômicas, que afetem a distribuição de riquezas e os ganhos e perdas econômicos, os quais agora mantemos a todo custo [...] pois são extremamente úteis para o acúmulo de capital, nós seremos livres, afinal, para descartá-los”(KEYNES,1963, p.363, tradução própria).

A seguir, uma das principais citações do ensaio que demonstra a crença de Keynes que a sociedade voltaria à raiz de seus princípios morais de forma verdadeira.

I see us free, therefore, to return to some of the most sure and certain principles of religion and traditional virtue – that avarice is a vice, that the exaction of usury is a misdemeanour, and the love of money is detestable, that those walk most truly in the paths of virtue and sane wisdom who take least thought for the morrow. We shall once more value ends above means and prefer the good to the useful. We shall honour those who can teach us how to pluck the hour and the day virtuously and well, the delightful people who are capable of taking direct enjoyment in things, the lilies of the field who toil not, neither do they spin. (KEYNES, 1963, p 373).

Keynes também acreditava que esse processo não se daria de forma igual a todas as pessoas, “sempre haverá classes cada vez maiores e grupos de pessoas para quem os problemas de necessidade econômica foram praticamente eliminados”. Ademais, “a mudança crítica será percebida quando esta condição tiver se tornado tão geral que a natureza do dever da pessoa para com o seu vizinho estiver mudada”. Entretanto, a passagem para o “paraíso na terra” seria somente conquistada se algumas condições fossem cumpridas: ausência de guerras e convulsões sociais, o que é claro, envolvia revoluções de extrema direita e esquerda; controle

do aumento populacional; e a confiança à ciência das matérias que são seus objetos. (Keynes, 1963:373; tradução própria).

Na *good-life*, segundo Keynes, o homem saberá valorizar o que é bom em detrimento do útil, poderá contemplar o belo, conviver com a natureza, ter relações verdadeiras. Porém alerta que esse momento ainda não chegou.

But beware! The time for all this is not yet. For at least another hundred years we must pretend to ourselves and to every one that fair is foul and foul is fair; for foul is useful and fair is not. Avarice and usury and precaution must be our gods for a little longer still. For only they can lead us out of the tunnel of economic necessity into daylight. (KEYNES, *idem*, p. 373).

No trecho acima é possível perceber que Keynes, assim como muitos outros autores, também se rendeu à chamada “barganha faustiana”, derivada da lenda do Fausto.

A história de Fausto provém de uma antiga lenda germânica em que o médico, mago e alquimista, Dr. Johannes Georg Faust faz um pacto com o demônio que lhe concede grande domínio da técnica e ciência, sendo o preço, segunda a lenda, a danação eterna. A lenda alemã originou muitas versões do Fausto literário, mas a que relacionamos à “barganha faustiana” é a versão de Goethe no século XX, a qual, segundo Skidelsky & Skidelsky (2012), se tornou um símbolo do homem moderno, extremamente esforçado, falho, mas digno do amor. Deus enviou à humanidade (Fausto) o demônio (Mefistófoles) para despertar o homem de sua sonolência. Fausto faz coisas terríveis com a ajuda do demônio, mas vai para o céu por ter se esforçado bravamente. O que isso tem a ver com o pensamento de Keynes e de muitos autores é que o capitalismo deveria atingir, com o uso das forças obscuras e ausência de moral, muitos feitos extraordinários e necessários para a humanidade chegar a um mundo em que a labuta, sofrimento e injustiça teriam fim. Nesse ínterim, o homem deveria continuar aceitando que “o justo é mau e o mau é justo, porque o mau é útil e o justo não” e continuar aceitando a “avareza” e “cobiça” como seus deuses, pois seriam os meios de promover a acumulação de capital e o progresso necessários para chegarmos à *good-life*. Como já enunciado, esse raciocínio não foi reservado somente a Keynes, mas a muitos outros pensadores, assunto tratado por Robert e Edward Skidelsky.

Possibilidades Econômicas para Nossos Netos, apesar das grandes críticas que sofreu na época em que foi escrito, demonstrava segundo Skidelsky & Skidelsky (2012) aquela que era a maior preocupação de Keynes: a persistente massa de desemprego existente. Essa preocupação era a motivação ideal para uma revolução das políticas econômicas, que

possibilitariam a manutenção do emprego sem quedas bruscas provocadas por crises e assim, com o capitalismo funcionando “a todo vapor”, a *good-life* se acercaria do destino dos homens. Para entender as razões que fizeram Keynes acreditar num período de abundância por vir e a maneira como ele entende a sociedade é preciso interpretar com mais vagar as raízes do pensamento intelectual do economista.

1.2 Raízes do Pensamento de Keynes

Segundo Gilles Dostaler (2007) em sua obra biográfica de John Maynard Keynes, *Keynes and his Battles*, a fonte da visão de Keynes se encontra no âmbito da ética. Para tal, o biógrafo realiza um trabalho de recuperação da história britânica em especial a Era Vitoriana, período de reinado da rainha Vitória, que rendeu ao pensamento intelectual inglês os mais diversos debates. Por isso, um breve relato da Era Vitoriana se faz necessário.

1.2.1 A Era Vitoriana

Vitória assumiu o trono da Grã-Bretanha e Irlanda em 1837, aos 18 anos. Também foi Imperatriz da Índia em 1871 e reinaria até 1901. Seu reino foi caracterizado também pela vitória do *laissez-faire* na Inglaterra - Adam Smith era uma grande inspiração para os intelectuais do momento – abolindo leis protecionistas, como as *Corn Laws* que vigoravam desde 1651.

A *Era Vitoriana* foi o período em que a burguesia industrial, apoiada por economistas como David Ricardo, conquistou o poder desejado desde o século XVIII. A industrialização, iniciada em meados do século XVIII, acelerou-se bruscamente no período. Esse momento da história inglesa também foi marcado, pela formação do mercado de trabalho e surgimento de sindicatos, assim como de movimentos em prol do sufrágio universal.

Durante a *Era Vitoriana*, a Inglaterra também sofreu uma expansão colonial gigantesca, dobrando seus domínios no período de um século, caracterizando um período de glória para a Inglaterra. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Império Inglês detinha um quarto da população mundial, a City londrina dominava financeiramente o mundo e o padrão libra-ouro obtinha sucesso. Keynes, à época um estudante de Eton, via com bons olhos as regras estáveis

e constitucionais de Vitória. Ele acreditava, como muitos, que o reinado de Vitória permitira à Inglaterra gozar de paz e prosperidade, trouxera o triunfo do livre-comércio e garantira o progresso da moralidade e educação, sob a influência benéfica da igreja.

Apesar da monarquia constitucional instituída no final do século XVII, em que Vitória reinava enquanto seus ministros governavam, a rainha mantinha sob seu poder o importante papel de guardiã das instituições. Vitória foi, segundo Dostaler (2007) a figura representante dos fenômenos sociais, culturais e ideológicos da “era de ouro” do capitalismo inglês. O reino de Vitória é associado à poesia, pintura, mas acima de tudo à moralidade. Como uma reação à imoralidade do período regencial, a *Era Vitoriana* retomou a dominância dos valores puritanos e da moralidade, especialmente no domínio da sexualidade – estritamente relacionada à concepção da família como uma instituição sob estritas leis de comportamento, na qual o homem tem o papel central.

Entretanto, o *vitorianismo* era, ao mesmo tempo, caracterizado por grande hipocrisia. Primeiramente, porque aos homens havia uma velada tolerância, permitindo aos mesmos sanar “urgências” com mulheres de baixa reputação enquanto as mulheres deveriam se comportar com maestria. E em segundo lugar, porque havia diferenças de aplicação das regras de acordo com o nível social, pois às classes mais abastadas era maior a exigência para o cumprimento das regras morais. A base da ideologia Vitoriana era religiosa, apesar de que “para muitos desses pensadores Deus estava morto, ou em processo de morte” (Dostaler, 2007, p.11-1)³.

Em meados do século XIX, um movimento de Oxford buscava o rompimento entre Estado e religião, numa tentativa de se aproximar do catolicismo. Os cardiais Newman e Manning se converteram ao catolicismo em 1845 e 1852, respectivamente. Desde o século XVII o Estado anglicano era contestado pelos chamados “protestantes dissidentes” ou “não-conformistas”, os quais não concordavam com a doutrina anglicana -Batistas, Quakers e Metodistas, por exemplo. Os *Tories*, conservadores da doutrina anglicana, desejavam a exclusão dos direitos dos “não-conformistas”, enquanto o *Liberal Party* buscava pela liberdade religiosa, atraindo os grupos de dissidentes. Os “não-conformistas” deram origem, inclusive a um importante pensamento na Inglaterra denominado de “radicalismo”. Os radicais ou “jacobinos ingleses” como eram chamados – devido à influência das revoluções, especialmente a francesa- evocavam uma reforma do sistema educacional para prevenir que o mesmo fosse

³ Tradução própria

dominado pela ortodoxia religiosa e política conservadora, fazendo valer os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Em 1828 os dissidentes obtiveram os mesmos direitos civis que os anglicanos, seguido dos católicos e mais tarde dos judeus. Keynes tinha uma proximidade muito grande com os “não-conformistas”, dado que seu avô materno era membro de uma comunidade de dissidentes.

Entretanto, foi fora do âmbito religioso que muitos pensadores do século XIX buscaram novas bases para a moralidade, dentre eles, segundo Dostaler (2007), Bentham, John Stuart Mill, Sidwick, Marshall e Moore os quais buscavam atribuir o sucesso da Inglaterra na *Era Vitoriana* não à vontade divina, mas à busca individual do interesse e felicidade para o bem coletivo. Segundo os biógrafos de Keynes, o pensador que mais influenciou o economista e seus colegas de *Bloomsbury* foi Moore.

1.2.2 George Edward Moore: influências para Keynes e seus colegas

George Edward Moore, nascido em 1873, estudou junto com Bertrand Russell no Trinity College, em Cambridge no ano de 1892, onde estudaram as obras de Kant e Hegel. Suas obras, assim como de Russell, criticavam o Hegelianismo que lhes fora ensinado por John McTaggart, professor de Cambridge – o qual fazia parte do movimento hegelinista de reação aos argumentos de Mill e Sidwick acerca da moral - e se direcionavam para a filosofia analítica. Moore partiu da linha de raciocínio previamente iniciada por Sidwick⁴, mas seu interesse estava em solucionar os problemas éticos que o primeiro deixara sem solução.

Em *Principia Ethica*, sua obra que se tornou a “bíblia” dos membros de *Bloomsbury*, o autor se apresenta como um “prolegômeno a qualquer Ética que pode, possivelmente, fingir ser científica” (Moore, 1903, p. 35). Para Moore, a ética é uma matéria precisa e sistemática e não é derivada da teologia ou qualquer outra ciência. Ele inicia o primeiro capítulo, denominado “O âmbito da Ética” criticando o conceito de Sidwick de que a peculiaridade da Ética seria

⁴ Sidwick fora professor de Moore, e apesar de suas divergências, influenciou bastante o filósofo. Especialmente quanto à argumentação de que o bem é indefinível e quanto à defesa do utilitarismo não hedonista. Sidwick defendia que o conceito de razão prática é indefinível, e que a concepção utilitarista de obrigação requer uma complementação por meio da intuição dos fins ideais da ação.

investigar a conduta humana. Em vez da conduta humana, Moore afirma que o bom/bem é o centro da Ética.

Segundo Dostaler (2007), *Principia Ethica* veio para revolucionar o modo como se entendia a ética a qual, segundo ele, confundia algumas questões fundamentais: o que é o bom; o que é o bem; o que é bom em si mesmo e o que significa dizer que determinada ação é um dever.

Para Moore, “o bom é bom, fim do problema”, não havendo maiores definições – influenciado por Sidwick que considerava o ‘bom’ algo indefinido- ou seja, não se deve defini-lo por algo externo, ele é por si só, tal como a cor amarela, pois “é impossível explicar a alguém, a não ser que a pessoa já saiba o que é, também não é possível explicar o que é o bem” (Moore, 1959, p.7).

Nessa linha de raciocínio, Moore ataca a chamada “falácia naturalista”, na qual incorrem os filósofos que acreditam ter encontrado as propriedades comuns a todas as coisas boas, e assim, creem ter definido *o bem*. Para Moore, isso não é válido, pois há diferença entre o *bem* e o *bom*. A muitas coisas podem ser atribuídas característica de boas, mas não necessariamente essas coisas boas sejam equivalentes ao *bem*. Algo que possui a propriedade única *bom/bem* possui valor intrínseco, sendo que quando uma ação é a melhor coisa a se fazer, ela possui o maior somatório de valor intrínseco e é essa ótica que deve ser analisada. Entretanto, o valor intrínseco é algo extremamente complexo, pois o valor intrínseco do todo não é igual à soma do valor intrínseco de cada parte; as partes estão ligadas de modo a formarem “unidades orgânicas” que necessitam, além de cognição, determinada dose de emoção e sentimento.

Nos capítulos II, III e IV, o filósofo trata a maneira como as principais teorias sobre a ética chegaram à “falácia naturalista”. No que tange ao utilitarismo, denominado por ele de hedonismo, o autor acredita que o principal erro é a análise isolada do valor do suposto bem, como se ele existisse totalmente isolado e despojado de tudo o que lhe acompanha. Ademais, Moore crê que o suposto bem, quando analisado dessa maneira, tem seu valor bastante reduzido, como acontece com o prazer na ausência da consciência.

No capítulo V, sobre a conduta humana, ele expõe o conceito de que correto é sinônimo de útil, e sendo assim o dever é a ação que causa maior bem ao Universo frente a qualquer alternativa. O dever é a opção que possui a maior soma de valor intrínseco e que considera, ao menos, o futuro imediato.

O sexto e último capítulo, e o que mais influenciou Keynes e seus colegas, denominado “O Ideal”, trata da questão do bem como fim último, o *bem absoluto* e também trata do *bem humano*. Moore conclui que há uma pluralidade de grandes bens intrínsecos, bastante complexos. Analisa também o que são os bens mistos, não mistos e os males. Os bens mistos seriam aqueles que possuem alguma propriedade má ou feia; os não mistos seriam o amor por coisas belas e por pessoas boas; os grandes males seriam o amor pelo que é mau ou feio ou o ódio pelo que é bom ou belo.

Apesar de criticar as falsas definições para algo que é por si só, Moore acredita que a intuição nos ensina que os melhores bens imagináveis são estados da consciência associados ao prazer estético, a exemplo da apreciação de belos objetos e de relações efetivas. Em relação à questão do dever, Moore acrescenta que não podemos afirmar com certeza os resultados de uma ação a longo-prazo e que numa situação de incerteza é mais sábio olhar para os acontecimentos passados e observar as regras de conduta, da moralidade do senso-comum, para se encontrar aquelas que se mostraram de fato úteis para a sociedade. Ele afirma que é provavelmente mais útil aderir a um costume existente, mesmo se ele for mau.

O texto de Moore fez um grande sucesso também entre os *Apostles*, outro grupo de acadêmicos de Cambridge do qual Keynes participava em companhia de Russell e Hawtrey. A identificação de Moore das relações efetivas e contemplação estética trazia uma reversão da moral Vitoriana, tão criticada por esses intelectuais, uma “religião sem moralidade”. A obra de Moore, especificamente o último capítulo *The Ideal*, se tornou a materialização teórica do estilo de vida escolhido pelos membros do grupo Boomsbury. Keynes a apresentava como uma religião que substituiu a moralidade da Era Vitoriana influenciando-o por grande parte das suas obras e suas concepções. O capítulo *The Ideal* do *Principia Ethica* era visto como a obra que libertara Keynes e sua geração da tradição benthaniana, responsável pela decadência da moral, ao superestimar os cálculos econômicos em detrimento dos ideais.

Todavia, segundo Dostaler (2007), Keynes e seus colegas ignoraram o conceito de Moore de que, devido à condição de incerteza da vida humana, devemos nos submeter à conduta já existente, ao senso comum, promovendo escolhas mais acertadas e úteis. Partindo dessa linha lógica, pode-se chegar à conclusão de que em última instância o pensamento de Moore retornava às regras de conduta da moral Vitoriana. Keynes não admitia esse fato e acreditava que a “nova religião” poderia se dar sem a moralidade. Ele e seus colegas de *Bloomsbury* se consideravam “imoralistas” e essa condição era composta de dois princípios que formavam o

ethos do grupo: primeiro, a recusa de qualquer imposição externa de comportamento e, em segundo lugar, a recusa das normas convencionais da moralidade Vitoriana, especialmente em relação à sexualidade.

1.3 Algumas comparações: visões sobre a possibilidade da redução da jornada de trabalho

Como forma de montar um contraste do pensamento de Keynes sobre o futuro econômico e social, dois autores foram selecionados como relevantes em paralelo às questões tratadas por Keynes. Bertrand Russell e Paul Lafargue, com as obras *O Elogio do ócio* (1935) e *O Direito ao ócio* (1880), respectivamente.

1.3.1 Bertrand Russell

Bertrand Russell, um dos maiores matemáticos, filósofos, lógicos e escritores do século XX, fez parte do grupo intelectual de Cambridge, os *Apostles*, do qual Keynes também participou posteriormente e exerceu grande influência intelectual “desde Wittgenstein a Keynes, do círculo de *Bloomsbury* à escola filosófica de Cambridge, dos manifestantes ingleses contra a bomba atômica até os manifestantes sicilianos contra a máfia” (RUSSELL et al, 2001, p.35).

Russell e Moore - que também se juntou ao grupo intelectual em 1984 - estudaram juntos e dedicaram grande parte de seus estudos à crítica ao Hegelianismo. Assim como Moore, Russell criticava a moral vitoriana. Suas revoluções no âmbito da matemática o levaram a ganhar o título de pai da Filosofia Analítica, e seus escritos pela liberdade de pensamento e luta humanitária lhes renderam o Nobel de literatura em 1950. O estudioso sempre esteve envolvido em questões sociais e chegou a ser expulso de *Trinity College*, onde lecionava, durante a 1ª Guerra Mundial por discordar da guerra. Apesar de seu interesse inicial pela “experiência comunista”, Russell alterou suas concepções ao visitar a URSS em 1920. Em *A Prática e a Teoria do Bolchevismo* (1920), ele critica o sistema que vira em vigor. Também foi bastante crítico do regime de Joseph Stalin, referindo-se ao marxismo como um “conjunto de dogmas”. Russell, que se considerava socialista, mas não comunista, defendia um socialismo de guilda.

Em sua obra *O Elogio do Ócio* (1935), reunião de quinze artigos que haviam sido publicados em diversos jornais na Inglaterra e nos EUA, o autor faz uma análise bastante vasta dos problemas da sociedade. A análise do ócio e da concepção do trabalho é realizada, com mais clareza, nos sete primeiros capítulos, mas especialmente no primeiro, o qual cedeu o nome ao livro.

No primeiro capítulo, o autor afirma que os malefícios daquela sociedade estavam sendo causados por uma crença principal: a crença na “virtude do trabalho”. Russell acreditava que o caminho para a felicidade e prosperidade estava, na verdade, na redução organizada do trabalho. Para entender como isso se dá, ele distingue dois tipos de trabalho: “o primeiro, altera a posição de um corpo na ou próximo à superfície da Terra relativamente a outro corpo”; o segundo manda outra pessoa fazê-lo” (RUSSELL et al, 2001, p.51:52). Segundo o autor, o primeiro é desagradável e mal pago e o segundo é agradável e bem pago, além de ter extensão indefinida, pois existem os que aconselham quem dá ordens e para isso não é necessário conhecimento sobre dado assunto, mas sobre a “arte de falar”.⁵ No trecho a seguir, o autor descreve como se dava a organização do trabalho pré-industrial.

Do início da civilização até a Revolução Industrial, um homem era em geral capaz de produzir, trabalhando arduamente, um pouco mais do que o necessário para a própria subsistência e a de sua família, embora sua mulher trabalhasse não menos arduamente e seus filhos também adicionassem trabalho logo que atingissem uma idade suficiente. O pouco que excedia a participação das necessidades básicas não ficava para os produtores, pois era apropriado pelos guerreiros e sacerdotes. Em época de escassez não havia excedente, mas os guerreiros e sacerdotes asseguravam-se os tributos de costume, o que levava muitos trabalhadores à morte por inanição (RUSSELL et al, 2001, p.52)

Esse tipo de organização do trabalho permaneceu durante a Revolução e, mesmo com seu fim, deixou enraizada na sociedade valores como a “virtude do trabalho”, segundo Russell, não adequadas à sociedade moderna. Isso porque o desenvolvimento da técnica trouxe a possibilidade, dentro de certos limites, do lazer como um direito que pode ser distribuído de maneira equânime. Entretanto, a moral do trabalho, antiquada, bloqueia essa possibilidade

⁵ O autor cita também um terceiro tipo de trabalho, segundo ele existente na Europa, mas não na América, composta por homens mais respeitados dos que os que mandam, são esses os proprietários de terra. Para Russell, esses podem cobrar pelo privilégio de poderem existir e trabalhar. Eles são ociosos, mas dependem do trabalho de outros, o que não os tornam dignos dos elogios do autor, como alguns alegariam.

latente, por ser “uma moral de escravos e o mundo moderno não precisa de escravidão” (RUSSELL et al, 2001, p.53)

Sua argumentação gira em torno da capacidade de produção dos países desenvolvidos durante a 1ª Guerra Mundial. Segundo Russel, a guerra demonstrou que a organização científica da produção é capaz de proporcionar à sociedade grande conforto, mesmo com uma pequena parcela de trabalho. Entretanto, logo após o fim da guerra, o cenário de longas horas de trabalho para uma parcela da população e outra parcela significativa desempregada voltava a coexistir. Como isso seria possível mesmo após a guerra demonstrar que menos trabalho seria suficiente?

Segundo Russell, porque existe um dever moral de que o indivíduo ganhe pelo seu esforço e não pelo que produz e para o autor essa “moral escravista” não é adequada à organização econômico-social moderna e gera muitos problemas. O lazer, ao invés de fonte felicidade, torna-se gerador de miséria, estando alguns sobrecarregados com trabalho e ou outros totalmente ociosos (desempregados). Para exemplificar como isso se dá, o autor descreve uma situação hipotética, mas bastante próxima da realidade:

Suponhamos que, num dado momento, uma certa quantidade de pessoas está empregada na fabricação de alfinetes. Elas produzem todos os alfinetes de que o mundo necessita, trabalhando, digamos, oito horas por dia. Então surge um invento com o qual as mesmas pessoas podem produzir o dobro de quantidade de alfinetes que produziam antes. Mas o mundo não precisa de duas vezes mais alfinetes: eles já são tão baratos que dificilmente se comprarão mais alfinetes por causa dos preços baixos. Num mundo sensato, todas as pessoas envolvidas na produção de alfinetes passariam a trabalhar quatro horas por dia, em vez de oito, e tudo continuaria como antes. Mas, no mundo em que vivemos, isto seria considerado uma desmoralização. Permanece a jornada de oito horas, sobram alfinetes, alguns empregadores vão à falência e metade dos homens antes alocados na fabricação dos alfinetes perde seu emprego... (RUSSELL et al, *idem*, p.55)

Para Russell, quatro horas de trabalho por dia seriam suficientes para que todos desfrutassem de uma vida confortável, sem que houvesse desemprego. Entretanto, a mentalidade dominante impede que o lazer seja visto de maneira positiva, sendo praticamente imoral. As pessoas abastadas, segundo o autor, ficam chocadas com essa possibilidade porque acreditam que os pobres não saberiam o que fazer com o tempo livre. A defesa da redução da jornada de trabalho é pautada na a crença de que essas horas seriam suficientes para dar às pessoas o direito de satisfazer suas necessidades básicas e confortos elementares e o restante do tempo não seria usado de forma frívola, mas de tal maneira que as pessoas pudessem dedicar-se às relações interpessoais, à cultura, à curiosidade científica e não somente ao lazer passivo - ver filmes, assistir partidas de futebol, entre outras - que somente “recarregam as energias” para

o retorno ao trabalho. Para ele, se as pessoas tivessem mais lazer, voltariam a desfrutar de lazeres em que participassem mais ativamente:

Homens e mulheres comuns, tendo a chance de viverem felizes, se tornarão mais afáveis, menos persecutórios e menos propensos a olhar o outro com desconfiança. O gosto pela guerra desaparecerá [...] em parte porque implicará em trabalho longo e penoso [...] Dentre todas as qualidades morais, a boa índole é aquela que o mundo mais precisa, e ela é resultado da segurança e do bem-estar, não de uma vida de luta feroz. (RUSSELL et al, *idem*, p. 62)

Ao longo dos demais capítulos, Russell descreve como essa organização do trabalho, de inter-relações e da política deveriam se dar de acordo com sua visão, assunto que não nos cabe aqui aprofundar. Todavia, é válido ressaltar que Russell aborda temas de extrema relevância como educação, papel e direito da mulher na sociedade, artes, intervenção governamental, guerra, constituindo-se essa obra uma rica coletânea de seus ideais baseados na liberdade de pensamento e na luta humanitária.

1.3.2 Paul Lafargue

Paul Lafargue foi um revolucionário socialista, escritor e jornalista. Apesar de ter nascido em Santiago de Cuba em 1842, passou toda a sua vida na França devido às raízes franco-caribenha de sua família. Casou-se com a filha de Karl Marx, Laura Marx, com quem militou e trabalhou após a morte de Marx, na recuperação de seus textos. Uma de suas principais publicações foi *O Direito à Preguiça* (1880) - um panfleto publicado sobre a forma de artigos no jornal *L'Égalite*- no qual o autor se contrapõe às visões liberais, conservadoras e mesmo marxistas sobre o trabalho.

O cenário francês de trabalho foi a inspiração para o polêmico texto. O momento observado por Lafargue era um capitalismo em expansão, sendo a invenção da máquina, para ele, a “redenção da humanidade”; as máquinas como “o Deus que resgatará os homens da sórdida arte e do trabalho assalariado, o Deus que lhe oferecerá o dom do ócio e da liberdade”. Entretanto, essa expectativa do autor ainda não se realizara. Segundo dados retirados dos estudos de Villermé⁶ e presentes na obra de Lafargue, os escravos das Antilhas trabalhavam

⁶ VILLERMÉ, L.R. **Quadro do estado físico e moral dos operários nas fábricas de algodão, de lã e seda.** *L'économiste Français*, 1840.

cerca de 10 horas por dia, enquanto na França, país que proclamou os Direitos Humanos, havia fábricas cuja jornada de trabalho chegava a 16 horas por dia, com uma hora e meia para refeições, um “miserável aborto dos princípios revolucionários burgueses” (LAFARGUE et al, 2001, p.152).

Uma sociedade formada pelos privilegiados (aristocratas, grandes herdeiros, empresários), “condenados ao ócio e ao prazer forçado, à improdutividade e ao superconsumo” e uma quantidade gigantesca e variada de pessoal à disposição dos privilegiados para “exclusivamente satisfazer os gostos dispendiosos e fúteis das classes ricas”, trabalhadores agrícolas, operários têxteis, metalúrgicos e siderúrgicos, intelectualmente degradados e fisicamente deformados pelo esforço e abstinência além dos militares, policiais e magistrados. Os únicos que realmente amavam seu trabalho, segundo ele, eram os agricultores e comerciantes. (LAFARGUE et al, 2001, p.161:165)

Para explicar esse cenário, Lafargue et al (2001) busca demonstrar ao longo a obra sua concepção do “dogma desastroso”, ou seja, o “amor pelo trabalho” como a raiz das misérias individuais e sociais que há dois séculos condenavam a humanidade. O autor parte da premissa, também abordada por Max Weber posteriormente, da revolução moral e social promovida pelo protestantismo. Segundo o autor, a igreja do antigo regime concedia aos operários sadios dias de descanso, dias santos em que era, inclusive, pecado trabalhar. A Revolução burguesa aboliu os feriados, para libertá-los do domínio da igreja a fim de poderem dominá-los pelo trabalho, “[...] tirou os santos do céu para abolir as festas na Terra.” (LAFARGUE et al, 2001, p.60). Portanto, o protestantismo, religião cristã moldada pelas novas necessidades industriais e comerciais foi em grande parte responsável pelas concepções da frugalidade, da mansidão e de “uma paixão funesta pelo trabalho”.

Lafargue observa a revolução promovida pelas máquinas nos teares ingleses já no final do século XIX, proporcionando claras condições para a redução da jornada de trabalho. Enquanto uma “boa operária realiza com o fuso não mais do que cinco malhas por minuto, alguns teares circulares fazem até trinta mil no mesmo espaço de tempo”. Entretanto, os próprios operários se entregaram ao vício do trabalho, produzindo mais do que o necessário, contribuindo para a crise de superprodução, criando pressupostos para o consumo supérfluo, desejando competir com a máquina, e em vez de exigirem uma vida ociosa como os ricos, estenderam também aos ricos a obrigação de trabalhar. (LAFARGUE et al, 2001, p.31)

Lafargue et al (2001) acreditava ser possível uma jornada diária de apenas três horas para todos os cidadãos, ricos e pobres. Todavia, via nessa conquista o surgimento de dois problemas: como educar para o ócio e para o consumo um proletariado doente de sobre trabalho e abstinência, e como educar uma burguesia habituada ao ócio e ao consumismo supérfluo para o trabalho e a sabedoria?

1.3.3 Uma crença em comum: a redução da jornada de trabalho

Apresentados esses dois autores em comparação a Keynes, é possível constatar bastantes coincidências de pensamento, mesmo em Lafargue que não era contemporâneo de Keynes e escrevera meio século antes.

Apesar das divergências ideológicas claras – Lafargue via na revolução do proletariado o fim último e inevitável do processo capitalista, enquanto Keynes via no desenvolvimento capitalismo a única maneira do homem se libertar do fardo do trabalho e de maus valores como a avareza e a cobiça e Russell acreditava na possibilidade de uma justiça econômica e social - os três pensadores acreditavam na possibilidade material da redução da jornada de trabalho e viam a evolução tecnológica como o instrumento principal para se chegar a essa redução. O cálculo dos três no que tange à redução da jornada é, inclusive, muito parecido. Keynes calculava que em 100 anos à frente de seu tempo, seriam necessárias de 3 a 4 horas diárias de trabalho, pois não haveria mais necessidade de acumulação e “amor ao dinheiro”. Russell já via a possibilidade imediata de redução para 4 horas diárias, como mostrara a 1ª Guerra Mundial. Lafargue afirmava que 3 horas diárias de trabalho seriam suficientes, mas somente iria se concretizar no dia em que o proletariado impusesse esse desejo e combatesse os preconceitos da moral econômica, religiosa e livre-pensadora, que segundo ele, aprisionava o homem a condição de longas horas de trabalho.

2. IMPOSSIBILIDADES ECONÔMICAS

Em sua recente obra *How Much is Enough: Money and the Good-Life*, Robert Skidelsky e seu filho Edward retomaram o ensaio apresentado por Keynes aos alunos de Cambridge em 1928 por considerarem que o texto possui muitos aspectos importantes que devem ser revisitados no momento atual pelo qual passam os países capitalistas. Um deles é qual o valor da riqueza e o quanto é suficiente para o homem viver bem. E essa, apesar de parecer uma questão extremamente subjetiva, aparentemente impossível de ser respondida, não é de nenhuma forma trivial. “Dinheiro não pode ser o fim em si mesmo, a não ser para aqueles que sofrem de um distúrbio mental agudo. (...) Dizer que meu propósito na vida é fazer mais e mais dinheiro é como dizer que meu objetivo em comer mais e mais é ficar gordo e mais gordo”. (SKIDELSKY & SKIDELSKY, 2012, p.5)⁷

Em segundo lugar, o mundo desenvolvido está passando, desde 2008, pela maior crise desde a Grande Depressão em 1929-1932. Uma grande crise, segundo os autores, expõe as falhas de um sistema social ao mesmo tempo em que abre brechas para alternativas, situação tratada também no ensaio em questão. A crise tratada por Keynes e a atual trazem à tona duas falhas do capitalismo obscurecidas pela busca desenfreada de crescimento a qualquer custo.

A primeira é a chamada pelos autores de “defeitos morais”. A atual crise demonstrou que, assim como tratado por Keynes ao final da década de 1920, a sociedade capitalista continua movida por ganância e cobiça, ou seja, não houve a materialização da *good-life* sonhada por Keynes, na qual iríamos tratar esses comportamentos com repugnância, mas pelo contrário, parece que a sociedade capitalista os tornou muito mais aceitos e até moralmente desejáveis – algo que desde a origem do pensamento humano especialmente o religioso, sempre foi considerado moralmente inaceitável.

A outra falha exposta pela crise de 2008 foi a chamada pelos autores de “defeitos econômicos”. Uma crise como a atual nos faz lembrar quão instável, ineficiente, caro e doloroso nosso sistema é e nos faz pensar em melhores maneiras de viver.

Finalmente, o terceiro e fundamental ponto colocado por Keynes é a imaginação de novo capitalismo, no qual a acumulação de riqueza já não mais seria o fim último de nossa sociedade. A motivação do capitalismo é fazer mais e mais dinheiro e Keynes acreditava que

⁷ Tradução Própria

quando o tivesse em abundância, essa acumulação não seria mais socialmente justificável e os homens a condenariam. Entretanto, como a crise de 2008 nos lembrou, o “paraíso” sonhado pelo economista não nos chegou e parece longe de se realizar. Robert e Edward Skidelsky apontam algumas razões que acreditam resumir o “erro de Keynes”.

Para Skidelsky & Skidelsky (2012), o ensaio de Keynes é composto de duas previsões principais e uma possibilidade. As duas previsões foram o crescimento econômico capitalista - o que seria de 4 a 8 vezes maior do que em 1930- e a redução da jornada de trabalho. A possibilidade - lembrando que havia a possibilidade das “ricas e infelizes donas-de-casa” - era de que o homem aprenderia lidar com seu tempo livre de forma sábia e proveitosa. Qual teria sido, portanto, o *erro* de Keynes?

Os gráficos abaixo, retirados do livro de Skidelsky & Skidelsky (2012) dão um panorama comparativo entre as previsões de Keynes e o que realmente aconteceu nos países desenvolvidos.

Gráfico 1 – Cenário de Keynes

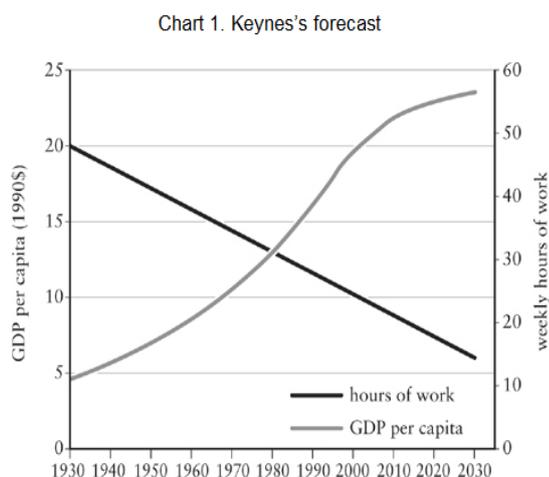


Gráfico 2 – Crescimento desde Keynes

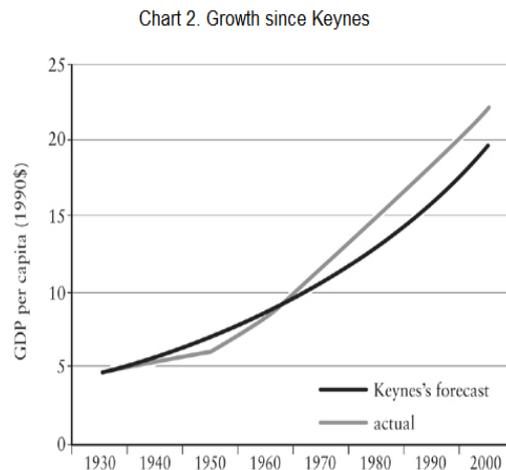
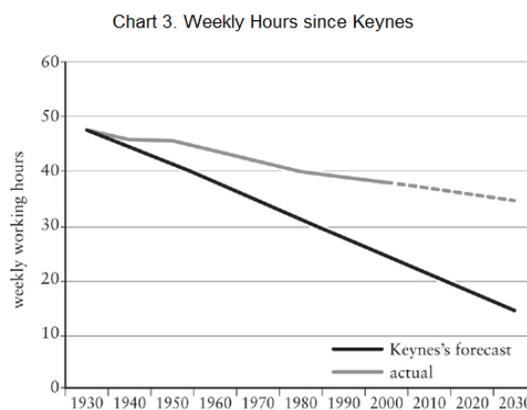


Gráfico 3 – Horas semanais de trabalho desde Keynes



Fonte: Angus Maddison, *The World Economy: Historical Statistics* (OECD, 2005); retirado de *How Much is Enough: Money and the Good-Life*, Skidelsky & Skidelsky (2012)

É possível perceber, que o crescimento do PIB per capita verificado ultrapassou as previsões de Keynes, apesar da ocorrência de uma Segunda Guerra Mundial e de um grande aumento populacional ocorrido no período. Segundo os autores, isso se deu porque Keynes subestimou o crescimento da produtividade, e este erro cancelou os efeitos do grande conflito mundial e aumento populacional não previstos.

Quanto à frustração da diminuição das horas de trabalho, que apesar da queda não se aproximou do que vislumbrara Keynes, teria havido erros de concepção teórica e também da forma como Keynes entendia a sociedade e o capitalismo.

Segundo Skidelsky & Skidelsky (2012), o primeiro versa sobre a consideração senso-comum de que a renda tem uma utilidade marginal decrescente, ou seja, em um cenário onde há um *trade-off* entre trabalho, fonte da renda, e lazer, quanto maior a renda, menor seria a utilidade marginal da mesma, preferindo o homem racional mais lazer à renda. Nessa linha de raciocínio, o crescimento da renda de alguém levaria à diminuição das horas de trabalho até o ponto em que a utilidade marginal de uma hora de renda – sendo a renda o produto de seu trabalho - fosse igual àquela de uma hora extra de lazer. Todavia, os dados mostram que não foi bem assim. Apesar da pequena diminuição das horas de trabalho, esta não foi da magnitude com que Keynes sonhara.

Para os autores, há três possíveis razões para que as horas de trabalho não tenham se reduzido. As pessoas não trabalham menos “porque elas gostam, ou porque elas são compelidas a isso ou ainda porque elas querem mais e mais (renda)”. (SKIDELSKY & SKIDELSKY, 2012, p.27, tradução própria). Os que defendem as “alegrias do trabalho” acreditam que o trabalho como algo ruim, carma, é passado, pois o trabalho da era pós-moderna traz satisfação, é inovativo e desafiador. O outro lado do trabalho está no medo do lazer, algo abordado por Keynes, “não há nenhum país e nenhuma gente, eu penso, que pode esperar a idade do lazer e da abundância sem sentir medo”, pois “nós fomos criados por muito tempo para despender esforço e não desfrutar” (KEYNES, 1963, p.371, tradução própria). Essa argumentação se apoiaria no fato de que o trabalho cria uma sociabilidade compulsória, enquanto o lazer pode gerar solidão. Entretanto, Skidelsky & Skidelsky (2012) discordam dessas duas vertentes porque analisam que, apesar de alguns trabalhos terem se tornado mais interessantes, especialmente devido ao surgimento da internet, a maioria continua sendo penoso. Eles constatam que é a insegurança da renda dos trabalhadores que faz que mesmo os mais bem pagos profissionais se forcem a trabalhar mais e mais, pois a maioria, segundo pesquisa da EFLWC (2002)⁸, tanto nos EUA quanto na Europa, desejariam trabalhar menos do que trabalham.

⁸ H.Bielenski, G.Bosh e A.Wagner, **Employment and Working Time in Europe** (Dublin: European Foundation For the Improvement of Living and Working conditions [EFLWC], 2002

Keynes assumiu que poderíamos ter o “suficiente” dos bens materiais e quando isso acontecesse chegaríamos finalmente ao *bliss*. Mas e se considerarmos que os desejos materiais são insaciáveis? Insaciedade é o desejo de ter mais e mais do que se tem. Os autores explanam três tentativas individualistas de explicar porque os desejos materiais seriam insaciáveis.

A primeira explicação versa sobre o livro de Tibor Scitovsky, *The Joyless Economy*, em que o motivo principal é a inquietação do ser humano, que se chateia rapidamente com o que tem. O ser humano nunca estaria satisfeito com o que tem, por isso está sempre em movimento para ganhar mais e por isso trabalha mais.⁹

Uma segunda tentativa versa sobre a escassez de certos bens, o que Roy Harrod¹⁰ denominou de “bens oligárquicos”. São bens de luxo que não podem ser desfrutados pela maioria da sociedade, exceto pelos que são ricos. As pessoas, ao invés de se conformarem com esse fato, buscam desenfreadamente esses bens, que nem todos podem ter porque o que os faz tão especiais é que são “socialmente excessos”. O economista Fred Hirsch¹¹ denominou esse conceito de Harrod de “bens posicionais”, por dependerem não só do acesso à riqueza, mas da sua posição social em relação aos outros. A existência desses bens obscureceu a visão de Keynes, que acreditava na categoria de *suficiência*.

Há também uma terceira visão individualista que trata do homem como um ser racional e maximizador. Garry Becker¹² vê no lazer um custo de oportunidade, o custo de não trabalhar sendo o lazer a subtração de uma possível renda. Uma expansão desse pensamento foi colocada na obra *The Harried Leisure Class*, no qual a ideia principal é que quanto maior o lazer, maior a necessidade de bem duráveis destinados a esse fim (carros, barcos etc.) e, portanto, mais tempo de trabalho é necessário para comprar esses bens, o que aumenta as horas de trabalho. Entretanto, segundo Skidelsky & Skidelsky (2012), nenhuma dessas explicações são realistas, pois não tratam de uma visão relativa ao que alguém quer e o que o outro tem.

Segundo a principal corrente sociológica sobre a insaciedade, a escalada social não tem motivos para findar, pois se trata de um jogo de soma zero, ou seja, quanto mais (bens materiais) o outro tem, maior é a posição social dele em relação a quem tem menos. Portanto, sempre alguém sairá “perdendo” por ter um menor “status” que outra pessoa. É um processo infundável.

¹⁰ HARROD (1958) apud SKIDELSKY & SKIDELSKY (2012), p. 35.

¹¹ HIRSCH(1977) apud SKIDELSKY & SKIDELSKY (2012), p.35

¹² BECKER (1965) apud SKIDELSKY & SKIDELSKY (2012), p.36

Segundo Robert e Edward, Keynes sabia da existência de bens necessárias à vida humana e os relativos à posição social, o que chamou de “necessidades absolutas” e “necessidades relativas”, sendo as últimas as que nos fazem sentir superiores aos demais e, portanto, insaciáveis. Entretanto, o autor parece ter ignorado essa definição ao longo de seu ensaio e prosseguiu considerando que quando os desejos absolutos fossem satisfeitos, o homem despenderia mais energia a propósitos não econômicos. Os autores observam, também, que Keynes vivia numa época em que as necessidades absolutas eram muito mais prementes.

Com efeito, Keynes neste artigo não considerou a capacidade do capitalismo de inflar a concupiscência humana. Isso se daria, no capitalismo de quatro formas: 1) manipulação dos desejos para a lógica competitiva, sendo a propaganda um importante meio de aprofundar a insaciedade e insatisfação humana; 2) ampliação do ‘status competitivo’, uma vez que as pessoas acreditam que com o trabalho conseguirão adquirir renda para satisfazer suas necessidades, o que aumenta a competição; 3) ideologia do mercado-livre que hostiliza a ideia de ‘suficiente’; 4) aumento da insatisfação por meio da crescente monetização da economia, com a mercantilização de mais e mais bens e serviços, como exemplo a educação e saúde. A manipulação de tais elementos nos afastaria crescentemente dos aspectos da *good-life* e nos colocaria na direção do ‘capital humano’, além de inflar o amor ao dinheiro como um fim em si mesmo.

Portanto, “o erro de Keynes” teria sido acreditar que o amor ao ganho, lançado pelo capitalismo, teria fim com a abundância, deixando as pessoas livres para desfrutar um mundo civilizado. Em sua concepção, talvez com uma ponta de ironia, as pessoas estariam satisfeitas com um estoque fixo de bens e não se deixariam arrastar por uma dinâmica de criação de falsas “necessidades que ultrapassariam os limites tradicionais dos costumes e do bom-senso”. (SKIDELSKY & SKYDELSKY, 2012, p.42)

3. O FIM DO SONHO AMERICANO

3.1 O aumento das horas de trabalho e o declínio inesperado do lazer.

Em 1992, Juliet Schor constatava que nos 20 anos anteriores, o montante de tempo destinado para o trabalho, nos Estados Unidos havia crescido. Um aumento inesperado da jornada de trabalho, dado que o país lutou pela redução das horas trabalhadas por mais de 100 anos de sua

história. Comparados a outros países capitalistas, Alemanha e França, por exemplo, os estadunidenses trabalhavam à época 320 mais horas (o equivalente a dois meses), segundo dados de 1989¹³. Além disso, havia o inesperado declínio do lazer, declarando os estadunidenses deterem de apenas dezesseis horas livres por semana, após o trabalho e tarefas domésticas. Em 2003, a autora publicou um texto- na coletânea *Take Back Your Time*, John de Graaf, denominado *The (Even more) Overworked American* em que rebate as críticas daqueles que acreditavam ser a redução da jornada de trabalho e aumento do lazer um fato já consumado e que apontavam as estimativas da autora como incorretas. Mais de 10 anos após a publicação de *The Overworked American*, a tendência de aumento da jornada de trabalho continuava e havia se aprofundado, “os americanos têm trabalhado ainda mais do que quando *The Overworked American* foi publicado”, segundo dados do *The Economic Policy Institute* de Washington (GRAFF, 2003, p.7)¹⁴.

Schor (1992) chama a atenção para a situação contrastante em que vivia os americanos na última década do século XX. A partir de 1948, segundo ela, a produtividade do trabalho cresceu cerca de 3% a.a. e se manteve nesse patamar médio de crescimento por mais duas décadas. Após esse período, apesar da redução, a produtividade continuou a crescer – cerca de 1% a.a. Todavia, seu aumento não se traduziu em diminuição das horas de trabalho – a jornada pouco diminuiu, e ao olhar para o trabalho *per capita* seria possível verificar inclusive um aumento. Teoricamente, pela simples matemática da relação entre produtividade e trabalho, o aumento da produtividade traria a possibilidade de menos trabalho e mais lazer¹⁵. Schor (1992) afirma que desde 1948, o dividendo da produtividade não havia sido usado para diminuir as horas de trabalho e, se o fosse, teria possibilitado aos estadunidenses trabalhar 4 horas por dia, ou seis meses por ano, ou “cada trabalhador nos Estados Unidos poderia tirar a cada um ano, um ano de férias remuneradas”, isso simplesmente pela aritmética da produtividade.

Entretanto, o que se verificava no país quando do lançamento dessa obra e ainda pode ser verificado é um movimento contrário em que os americanos vêem gradualmente a necessidade de trabalhar mais. Consequentemente, não é difícil apontar, por meio de relatos dos próprios americanos, diversas evidências dessa realidade, entre elas o pouco tempo que os

¹³ *Bureau of Labor Statistics*.

¹⁴ Tradução própria.

¹⁵ Segundo Schor, em 1992 os americanos podiam produzir o mesmo padrão de 1984 (medidos em termos de bens e serviços no mercado) em menos da metade do tempo que levava em 1948.

pais dedicam à educação e criação dos filhos, o aumento dos divórcios por ausência da “vida a dois”, o aumento de doenças relacionadas ao estresse, a falta do lazer de qualidade, a diminuição do tempo dedicado à alimentação e ao sono, o trabalho levado para casa, entre muitos outros sintomas das longas horas de trabalho e do declínio do lazer. Um pai de família declarou “Meu filho tem sérios problemas emocionais porque eu estou muito cansado para ouvi-lo. Isso não é tempo de qualidade; o tempo de má qualidade está destruindo minha família.”¹⁶ (SCHOR, 1992, p.12).

A experiência mostra que o progresso não foi capaz de liberar o homem das longas horas de trabalho e esta é também uma grande crítica da autora. Apesar de todo o aparato tecnológico disponível, as inovações domésticas criadas para “poupar o tempo”, nenhum trabalho foi de fato poupado, ao contrário, criaram-se novos padrões para que o tempo “extra” fosse novamente ocupado. E nenhum especialista fora capaz de prever tal trajetória, talvez “porque estivessem cegos pela tecnologia”. Para Schor (1992), o progresso piorou o ser humano e paga-se um alto preço por ele. De fato, pesquisas afirmam que “os americanos estão literalmente trabalhando em direção à morte- à medida que o trabalho contribui para ataques cardíacos, hipertensão, problemas gástricos, depressão, exaustão, e uma variedade de outras doenças.” (SCHOR, 1992, p.11).¹⁷

E como reage a sociedade americana e os estudiosos em relação ao aumento da jornada de trabalho nos Estados Unidos? Segundo a autora, não há, de forma geral, uma preocupação da sociedade, dos sindicatos e do governo com o aumento das horas de trabalho e muito menos com declínio do lazer e a má qualidade do tempo livre. Os sindicatos não vêm na diminuição das horas de trabalho um ganho ao trabalhador, sendo todas as atenções focadas no aumento da renda. Ao trabalhador que vê a necessidade de mais tempo livre pouco resta sem o apoio sindical. Não há, na maioria das vezes, possibilidade de atuação efetiva dos trabalhadores para escolher de que forma seu dividendo de produtividade pode ser utilizado. Os governos recentes vêm a redução da jornada como um inimigo do crescimento econômico, devido às pressões da classe empresarial. Mas nem sempre essa questão foi esquecida, como tem acontecido. No próximo item, um breve histórico da questão da jornada de trabalho nos Estados Unidos

¹⁶ Tradução Própria.

¹⁷ A autora também trata da questão do trabalho doméstico e suas transformações ao longo do tempo, bem como sua importante contribuição para o aumento do tempo de trabalho, especialmente das mulheres. Assunto que não será aprofundado nesse trabalho, mas que é abordado com maestria pela autora ao longo do livro, mas especialmente no capítulo 4, majoritariamente dedicado a essa questão.

possibilitará entender um pouco a inflexão dessa questão, bem como as razões apontadas por Juliet Schor para os *long hours jobs*.

3.1.2 Da luta social ao *work-and-spend cycle*.

Para podermos entender porque a redução de trabalho se tornara uma “não-questão” é preciso fazer um resgate histórico, buscando em que momento da história está essa mudança. Benjamin Kline Hunnicutt, professor associado de Estudos sobre Lazer na Universidade de Iowa, dedicou grande parte de seus estudos a esta questão tão pouco explorada. Em *Work Without End: Abandoning Shorter Hours for the Right to Work*, de 1988, Hunnicutt trata do fim do sonho americano, de mais de um século antes da Grande Depressão, da redução da jornada de trabalho. O autor examina o período entre 1920 e 1940 no qual o movimento para a redução da jornada teve fim e deu lugar à expansão econômica por meio do aumento do trabalho. Junto ao trabalho de Schor, essa obra será usada para entender o movimento do abandono da luta para a redução da jornada nos Estados Unidos.

Nos séculos XIX e início do XX, a redução da jornada de trabalho era umas das questões que mais exerciam pressão social nos Estados Unidos, não sendo somente uma preocupação dos trabalhadores em geral, mas também dos acadêmicos e do governo, “os empregadores brigavam com os trabalhadores pela duração do dia de trabalho, ativistas sociais publicavam cartas, acadêmicos escreviam tratados, cortes proferiam decisões, e o governo legislava horas de trabalho” (SCHOR, 1992:4). Depois de 1850, as horas de trabalho passaram a declinar em consequência das fortes pressões sociais promovidas pelos sindicatos. - a autora relata que o primeiro documento em apoio à redução das horas de trabalho nos Estados Unidos data da década de 1780. Até 1840 a luta se limitou aos artesãos, quando mulheres operárias da indústria têxtil também se uniram à briga. A maior reclamação desses trabalhadores era a falta de lazer, e a vida resumida à exaustão do trabalho e esta demanda se prosseguiu forte pelo século XIX e XX, reivindicando os trabalhadores mais tempo com a família, para atividades culturais, etc.

Segundo Hunnicutt, no século XIX, duas questões principais levavam intelectuais, políticos e críticos sociais a apoiarem a redução da jornada: a crença de que a diminuição do trabalho melhoraria a *performance* do trabalhador e conseqüentemente da produção; e a visão de que o tempo livre se fazia fundamental para a saúde, civilidade, moralidade dos trabalhadores, bem como para seus deveres para com suas famílias e deveres religiosos. Havia

um consenso crescente de que o progresso permitiria aos homens uma vida pautada não em valores econômicos, mas no desenvolvimento da mente e do espírito. Alguns apontavam também que a redução da jornada de trabalho fazia parte da garantia de liberdade da Declaração da Independência. A força desse movimento parecia estar se concretizando e a tendência da diminuição da jornada parecia inevitável – houve queda da jornada durante todo o período de 1900 a 1920. Os próprios empresários, percebendo esse movimento, começaram a aproveitá-lo, havendo no começo do século XX uma explosão de produtos de recreação, grande crescimento da indústria fonográfica e cinematográfica, o nascimento de parques e clubes de recreação para os trabalhadores e suas famílias.

Várias foram as interpretações sobre a tendência da redução da jornada de trabalho. Alguns intelectuais acreditavam na “crise do trabalho” resultante da sua transformação, na era industrial, em algo chato, repetitivo, sem criatividade, enquanto estaria a surgir uma “ética do lazer”, sendo este uma alternativa para a expressão da criatividade que o trabalho costumava permitir. Entretanto, alguns pensadores não eram tão otimistas. Simon Pattern, segundo Hunnicutt, acreditava que os trabalhadores, na história humana, haviam desenvolvido valores e hábitos para situações de constante privação e luta pela sobrevivência e esses valores e hábitos não cabiam numa sociedade de abundância. O grande perigo para Pattern era a possibilidade desses valores continuarem vigentes. Segundo o autor, essa má adaptação poderia resultar numa sociedade de “gulosos” que trabalharia mais e mais para consumir luxos ainda mais fantásticos, mesmo já estando satisfeitos. Portanto, os trabalhadores continuariam trabalhando longas horas e a queda da jornada seria algo transitório e temporário.¹⁸

Apesar de alguns pensadores acreditarem que a redução da jornada não se efetivaria, a maioria via esse movimento como inevitável devido à comprovada redução das horas trabalhadas por mais de 20 anos no início do século XX e pela crença de que o progresso levaria ainda a maior redução desses patamares. Independente das várias interpretações, os americanos estavam exibindo e desenvolvendo visões mais positivas sobre o tempo livre devido à combinação de fatores que pareciam extremamente favoráveis.

¹⁸ PATTERN, Simon, 1893, apud HUNNICUTT, 1988. **The Economic Causes of Moral Progress**, p. 33:34.

3.1.3 O “novo evangelho econômico do consumo” *versus* o movimento para a redução da jornada de trabalho.

O início dos anos 1920 trouxe consigo a depressão econômica e com a depressão uma nova onda de debates concernentes à maneira de organização da produção e do trabalho.

O empresariado americano se defrontou com uma saturação do mercado doméstico, uma crise de superprodução nos anos 1921-1922. O desespero tomou conta do meio empresarial e dos *policy-makers* que acreditavam que o crescimento econômico teria chegado a seu limite. A prosperidade teria criado não só a “saturação das necessidades”, mas condições para que os trabalhadores escolhessem trabalhar menos, aumentando a barganha salarial e dando um limite à produção.

Dois movimentos principais marcaram o debate em torno das possíveis soluções para a crise de superprodução que se abateu no mundo ocidental após a I Guerra Mundial: o novo evangelho econômico do consumo e o movimento para a redução da jornada de trabalho

Com o fim de contratos de guerra de produção bélica, têxtil, entre outros, diversos países não tiveram como contrapartida um mercado capaz de suprir o “vazio” econômico deixado pela guerra sendo a economia americana particularmente afetada por este problema, já que a indústria norte-americana tinha a capacidade de continuar produzindo ainda mais que antes.

Victor Cutter, presidente da *United Fruit Company*, resumia a visão do empresariado sobre esse momento da economia americana. Para ele, a economia tinha atingido um ponto em que se deparavam com uma superprodução e com oferta acumulada, um cenário no qual o poder de compra suficiente não podia mais ser garantido por maiores salários. O maior problema econômico que a nação americana estava enfrentando era o fato que a produção estava ultrapassando a demanda e o poder de compra não estava mais limitado pelos salários, mas pela “natureza humana”. Outro representante dos negócios Walter Henderson Grimes, resumiu o pessimismo da classe empresarial para com o medo do aumento do lazer. Apesar de Grimes acreditar, ao contrário da maioria, que o maior problema não estava na “saturação das necessidades”, já que para ele as famílias americanas ainda podiam consumir mais do que precisavam, e que a redução das horas trabalhadas era uma consequência do progresso, o lazer excessivo seria tão ruim quanto o desemprego - ambos sinalizariam o fim do crescimento econômico e criariam sofrimento para o homem. Para Grimes, o trabalho é uma necessidade básica do ser humano, mas na “nova era econômica”, o mesmo estava se tornando escasso, pois

as necessidades pelos produtos do trabalho estavam sendo satisfeitas e os trabalhadores estavam escolhendo mais lazer a menos trabalho.¹⁹

Apesar de algumas divergências, havia um grande consenso dentro do escopo de interesses do empresariado americano: o fim do apoio à redução da jornada de trabalho. Antes dos anos 1920, muitos empresários apoiaram o movimento de redução da jornada por acreditarem que esse fator estaria ligado ao aumento da produtividade e da melhora na qualidade do trabalho. Entretanto, com a advento da crise do início da década, a maioria passou a acreditar que o progresso tinha ido muito longe, quando perceberam que seus interesses poderiam ser afetados de forma permanente. A redução da jornada foi transformada pelos seus opositores em uma ameaça ao crescimento econômico e sintoma do fracasso econômico, da falta de novos mercados e do excesso de oferta.

O debate nas décadas de 1920 e 1930 sofreu diversas idas e vindas. Em meados dos anos 1920, os medos dos empresários com o fim do crescimento foram substituídos por um grande otimismo pautado naquilo que se convencionou chamar de “novo evangelho econômico do consumo”, termo cunhado pelo economista Edward Cowdrick em 1927. Esse novo evangelho trazia as boas novas de que o aumento do consumo poderia “salvar o crescimento econômico e redimir o trabalho”.²⁰ Os homens de negócios e os economistas acharam no aumento do consumo a resposta para o declínio da necessidade de trabalho e da superprodução crônica. Devia-se procurar novos mercados e aumentar a necessidade do consumo e não reduzir o trabalho. Os empresários começaram a se convencer de que os americanos poderiam passar a consumir aquilo a que nunca tiveram acesso antes devido a um menor padrão de consumo. Segundo Hunnicutt (1988), “com esse interesse no consumo, a comunidade dos negócios quebrou sua longa concentração na produção, introduzindo a era do consumo de massa, fundado numa nova visão de progresso numa sociedade abundante, e deu vida à indústria de propaganda.” (HUNNICUTT, 1988, p.42. Tradução própria).

Assim, em 1929, o diretor geral do laboratório de pesquisas da *General Motors*, Charles Kettering, afirmou para a *Nation's Business* que os negócios precisavam criar um “consumo insatisfeito”. Segundo Kettering, “não há lugar algum em que uma pessoa possa sentar e descansar numa situação industrial. É uma questão de mudança, mudança todo o tempo – e

¹⁹ GRIMES, W.H, 1928, apud HUNNICUTT, 1988. **The Curse of Leisure**. *Atlantic Monthly*, p. 41.

²⁰ COWDRICK, Edward, 1927, apud HUNNICUTT, 1988. **The New Gospel of Consumption**. *Industrial Management*, p. 42.

sempre será assim. Deve sempre ser assim porque o mundo somente se move numa direção, a direção do progresso”²¹. O que o diretor quis dizer com essa afirmação é que o esforço industrial implica mais esforço, pois a alternativa para o crescimento não é a “maturidade”, um “estado estacionário” de padrão de vida. Essas alternativas são, ao contrário, a morte da economia, a estagnação da civilização, segundo ele. Portanto, para grande parte do empresariado e seus apoiadores intelectuais e políticos, a salvação da economia se daria na continuidade do movimento, em mais trabalho, em mais consumo, em achar maneiras de dar continuidade ao progresso. Todavia, esse crescimento não parecia ser algo tão fácil de ser alcançado na “nova era” econômica, já que os trabalhadores não pareciam estar dispostos a consumir mais do que o necessário e é na criação do “consumo insatisfeito” que está a grande salvação do crescimento econômico, pois, era preciso, como afirmara Kettering, criar formas de consumo além das necessidades absolutas, exercendo o marketing papel fundamental nesse processo de “mudanças de valores” da sociedade americana. Vários historiadores acreditam, como descreve Hunnicutt (1988), que “os novos problemas econômicos da manutenção da demanda agregada criaram novas instituições, novos jeitos de olhar a economia, e novos padrões sociais que eram insustentáveis em épocas anteriores de ‘escassez econômica’, mas vitais para a ‘economia da abundância’”²². Os anos 1920 seriam um marco, um período de transição entre os valores culturais do “velho capitalismo” e a sociedade de consumo, capaz de tornar até o lazer um aliado do consumo. Hunnicutt cita um trecho do presidente da Comitê de Mudanças Econômicas Recentes²³:

It was during the period covered by the survey (the 1920s) that the conception of leisure as ‘consumable’ began to be realized upon in business in a practical way and on a broad scale. It began to be recognized, not only that leisure is ‘consumable’ but people cannot ‘consume’ leisure without consuming goods and services, and that leisure that results from increasing man-hour productivity helps to create new needs and new broader markets(...) The acceleration of technological shifts in production and consumption would have resulted in much more serious unemployment if workers had not been absorbed in the newly expanded service industries which both create and serve leisure. (HUNNICUTT, 1988, p.46)

²¹ KETTERRING, C, 1929, apud HUNNICUTT, 1988. **Keep the Consumer Dissatisfied**. National Business, p. 42.

²² Hunnicutt, 1988:44. Tradução própria

²³ *Recent Economic Changes* apud HUNNICUTT, 1988, p. 46.

O lazer passou a ser visto como um tempo extra consumível, capaz de prover novos motivos para o trabalho, já que os motivos tradicionais, as necessidades básicas, estavam diminuindo. Lazer, com limites, se tornou fundamental para o crescimento econômico, tornando-se algo subordinado ao trabalho para a criação de crescimento econômico e, segundo seus defensores, ajudando a salvar o trabalho. Portanto, o novo evangelho do consumo vinha como uma alternativa redentora do desenvolvimento industrial e do trabalho. Segundo Hunnicutt:

The “new gospel of consumption” banished the threat of increased free time (leisure or unemployment) as businessmen found ‘a boundless field before us; that there are new wants that make way endlessly for newer wants; as fast as they are satisfied.’(HUNNICUTT, idem, p.50)

O trabalho, segundo o autor, passou também a ser visto de uma outra maneira. Não mais tão baseado em necessidades, mas em mais privilégios, como um fim em si mesmo, algo essencial e indispensável à vida humana. Essa “nova ética do trabalho”, é importante ressaltar, difere em muito daquela do século XIX, ligada à religião protestante. Ela pouco tem de preceitos religiosos, porque o trabalho não é mais o caminho para algo – como a salvação- mas o fim em si mesmo e sendo assim, geraria o crescimento econômico necessário. O consumo, como dito anteriormente, tornou-se um instrumento valioso ao capitalismo à medida que se subordinou ao crescimento econômico e não por permitir ao homem direcionar sua vida a fins não pecuniários ou até mesmo ao aprimoramento do trabalho. A produtividade se tornou importante porque reduzia o tempo de trabalho e conseqüentemente aumentava as possibilidades da indústria progredir em novas fronteiras de produtos e serviços:

And work was without end. Work was for more work, but it was transformed and more fulfilling- noble work. It was not for the “singing of eternal psalms”, not some fantastic transcending of necessity into some wonderland of freedom. (HUNNICUTT, idem, p. 51)

Entretanto, o movimento do “novo evangelho econômico do consumo” não reinou sozinho na turbulenta década de 1920. Enquanto economistas e homens de negócios criavam as bases de uma nova sociedade baseada no consumo, intelectuais das mais diversas áreas, líderes sindicais, líderes religiosos, entre outros, acreditavam que, assim como o aumento de salários, a redução da jornada de trabalho era um elemento básico da reforma social e, para muitos, a solução para a demanda saturada estava justamente na redução das horas de trabalho.

O movimento para redução da jornada de trabalho, também conhecido como “share-the-work-plan” na Grande Depressão, recebeu grande atenção na sociedade americana, especialmente no período de 1920-1925, em que a depressão parecia ser um estado estacionário. Ambos os movimentos compartilhavam entre si o pessimismo quanto à saturação da demanda e dos mercados limitados, entretanto a diferença central estava nas alternativas para escapar dessa crise e o papel do trabalho nessa discussão.

Imediatamente após a I Guerra Mundial, os sindicatos e demais grupos organizados do trabalho buscaram consolidar os ganhos conquistados pelo movimento das 8 horas de trabalho e a luta pela padronização dessa carga diária se tornou uma das prioridades dos trabalhadores. O movimento para a redução da jornada era muito forte entre os trabalhadores e tinha muitos apoiadores, inclusive, inicialmente, muito empregadores, como dito anteriormente. Porém, logo no início da década, as 8 horas de trabalho se espalharam pelo país e os trabalhadores começaram a demandar não mais uma redução da jornada diária, mas sim da jornada semanal de trabalho: uma semana de trabalho de cinco ou cinco dias e meio. Essa demanda não tinha mais como justificativas tão fortes o aumento da qualidade da saúde, segurança e cansaço, mas o apelo de que a redução da jornada poderia ser um remédio para a “doença” do desemprego. A razão para tal defesa provinha da crença de que a crise de superprodução e o desemprego tecnológico estariam sendo causados pelo aumento natural da produtividade e do limite dos mercados na “nova era” da abundância. Segundo Hunnicutt (1988), antes do fim da I Guerra Mundial, menos de vinte estabelecimentos haviam adotado a jornada de cinco dias, sendo a maioria dos que adotaram estabelecimentos judeus, evidenciando um aspecto importante desse movimento: o apoio religioso. Para os judeus, os novos padrões de trabalho que estavam sendo adotados nos EUA não eram compatíveis com seus deveres religiosos, como o Sabbath. O movimento cresceu bastante na década de 1920 e em 1929 400.000 a 500.000 trabalhadores americanos estavam trabalhando cinco dias por semana, apesar de a média semanal de trabalho na indústria na década ainda girar em torno de 49 horas.

Como dito anteriormente, não somente reformistas da “era progressista” e líderes sindicais estavam apoiando esse movimento, líderes religiosos também se mostraram preocupados com o espaço que o trabalho estava ocupando nessa nova era. Um exemplo bastante interessante e enfatizado pelo autor é o do Monsenhor John A. Ryan. Ryan via o debate da reforma social no início dos anos 1920 essencialmente como uma contraposição entre os interesses individualistas e os coletivistas concernentes à igualdade e ao bem-estar social. A

importância de seus estudos está no desenvolvimento de uma crítica católica ao capitalismo americano, enfatizando a existência de “direitos naturais” do ser humano. Detentor de um vasto estudo econômico, Ryan via a separação do pensamento econômico do religioso e de regras de ética como a raiz dos problemas econômicos enfrentados pelos americanos nos anos 20.²⁴ Baseado na encíclica do Papa Leão XII, *Rerum Novarum* (1894), em que o Papa afirmava que os trabalhadores tinham o direito de ter acesso aos bens materiais adequados a fim de usufruírem de um conforto frugal, tendo o Estado o dever de garantir esse direito, Monsenhor foi um grande defensor do salário mínimo e da distribuição de riqueza e algumas outras questões referentes ao bem-estar dos trabalhadores e da sociedade que seriam abordadas no *New Deal* nos anos 1930. Sempre baseado na doutrina da Igreja Católica, o padre se posicionou de forma prática e moral contra o “novo evangelho do consumo” considerando o mesmo uma exteriorização da separação histórica entre ética e a vida econômica a partir do momento em que encorajava o aumento do consumo por meio da produção de novas formas de demanda como os bens e serviços de luxo.²⁵

Ryan thought that the ethical teachings of the church, based in the “natural law”, could counter both the immoral directions of the economy that produced luxuries before necessities and the Puritan view that progress was found only in work and increased production. They were also the basis on which to establish reforms to solve these practical economic problems. One of the beauties of the church’s moral teachings was that they were exceedingly practical – they could be used as a realistic guide to action. (HUNNICUTT, idem, p.91)

Ryan apoiou todas as iniciativas dos trabalhadores para reduzir a jornada de trabalho, acreditando que reduções nas horas poderia criar maior demanda por trabalho pela diminuição da oferta e, automaticamente, trazendo uma maior remuneração. Ao redistribuir a riqueza, a redução da jornada ajudaria também a redirecionar a economia para longe da produção de luxos em direção à criação de necessidades. Assim, as menores horas de trabalho resolveriam “as condições imorais e irracionais nas quais o pobre é incapaz de comprar o que precisa e o rico é capaz, mas devagar demais, para comprar produtos que não precisa” (HUNNICUTT, 1988:92. Tradução própria). Além desses problemas econômicos, o menor tempo de trabalho por prover mais lazer, possibilitaria aos homens o desenvolvimento de nível de vida intelectualmente e moralmente superior.

²⁴ RYAN, J.A, 1927, apud HUNNICUTT, 1988. **Declining Liberty and Other Papers**. New York, p. 91

²⁵ RYAN, J.A, HUSSLEIN, J, 1920, apud HUNNICUTT, 1988. **The Church and Labor**. New York, p. 93.

Segundo Hunnicutt (1988), tanto o ponto de vista do Papa Leão XIII quanto de Ryan que as necessidades materiais dos homens serem finitas estava na contramão da teoria econômica e prática política dos anos 1920 e 1930 e das décadas seguintes. A questão desses pensadores é do limite da riqueza, algo questionado por muitos, inclusive por Keynes. Para Ryan, a riqueza material em excesso é ruim para o homem e para um país, uma visão totalmente oposta ao novo evangelho do consumo e dos desenvolvimentos econômicos e políticos desde a Grande Depressão.

O movimento para a redução do trabalho, entretanto, encontrou pela frente uma grande barreira a sua expansão: a recuperação econômica em 1924. Dada a temporária recuperação da economia americana, muitos passaram a acreditar que o crescimento econômico através do aumento do trabalho e mais consumo seria possível e que o caminho seria o “novo evangelho do consumo”. Até a Grande Depressão, a redução da jornada de trabalho foi substituída pela demanda por maiores salários. Criou-se, mesmo entre os líderes sindicais, a sensação de que havia um *trade-off* entre redução das horas de trabalho e aumento de salários, sendo aumento da produtividade compatível ou com um ou com outro. Os próprios trabalhadores passaram a aceitar essa visão. Em 1925, a *American Federation of Labor* (AFL), cujo presidente à época era Willian Green, desenvolveu a “teoria da produtividade dos salários” que deu lugar à “teoria da produtividade da redução da jornada de trabalho” anterior, ou seja, mesmo entre a maior associação em prol dos trabalhadores, o otimismo quanto à continuidade do progresso mudou o tom das demandas. Pelo menos até a Grande Depressão.

Com o advento da Grande Depressão, o novo evangelho do consumo entrou em descrédito e não parecia mais uma alternativa viável. O impacto da depressão foi tão intenso, que a questão da redução da jornada deixou de ser um tópico e passou a ser a principal questão política dos anos 1930. O debate dos anos 1920 foi transformado em posições políticas e propostas concretas como o projeto de lei *Black-Perkins* e componentes chave do *New Deal* de Roosevelt. A redução da jornada como cura para o desemprego ganhou mais suporte que nunca. Do final do mandato de Hoover e início do de Roosevelt, as principais medidas políticas contra o desemprego foram pautadas na redução do trabalho. Os movimentos sindicais voltaram a demandar com força os cinco dias de trabalho e as 30 horas semanais e diversos empregadores voltaram a apoiar esse movimento, mas com algumas condições: que fossem medidas temporárias e que os salários fossem reduzidos proporcionalmente. Diversos empregadores cortaram, de forma voluntária, as horas de trabalho de 40 para 30 horas semanais. O presidente

Hoover inseriu a redução como um de seus nove pontos de política econômica e o futuro presidente Roosevelt se orgulhava de ter lutado no Estado de Nova York pela redução da jornada e pelo estabelecimento de salários mínimos. Parecia ser novamente algo inevitável e muitos apostavam que até 1933, a lei que limitaria a jornada à 30 horas por semana seria aprovada.

The issue of shorter hours, then, for years a centerpiece of American reform, ignored by the Republicans in the 1920s, now, in the dawn of the New Deal, in the “rendez-vous with destiny”, seemed bound to come more fully into its own (...) Those who once tried to save work from leisure’s erosion- businessmen and conservative politicians- seemed to have realized their error, put away their gospel of consumption (which in fact had been one of the causes of too much production), and come to serve the cause. (HUNNICUTT, idem, p.155)

Mas como se sabe, a lei das 30 horas semanais nunca foi aprovada.

Why were these people so wrong in their predictions? Why, just at the moment when the shorter-hour process seemed irresistible and to be gaining strength, in the spring of 1933, did hours of labor reach their lowest point and begin to increase? Why does the technocrats’ augury seem strange now when, even in retrospect, the historical case for the claim appears strong? What might have given away the events to come – the end of shorter hours and the resurrection of work? (HUNNICUTT, idem, p.155).

O autor elenca os principais motivos políticos: o apoio “morno” de Roosevelt à *Black-Connery bill*, a lei que sancionaria as 30 horas semanais²⁶; sua manipulação do projeto de lei às escondidas no Senado; sua firme oposição à limitação de importações; e a oposição construída dentro de sua própria administração e entre o mundo dos negócios.

A maioria dos empresários que estavam apoiando a redução da jornada na depressão, quando perceberam que as medidas podiam ser permanentes, iniciaram uma grande conspiração contra a *Black-Connery*. Após Dezembro de 1932, ficava claro que o apoio desse grupo era muito mais aparente do que real. O projeto de lei passou a ser ideologicamente associado ao comunismo, especialmente quando seus defensores passaram a sugerir que o estabelecimento

²⁶ O conceito de uma semana de trabalho de 30 horas foi levantada próximo de 1922 , durante uma greve nacional de mineradores de carvão . Em 1932, em meio à Grande Depressão, o projeto de lei Black- Connery foi introduzido no Senado dos Estados Unidos como um meio de colocar milhões de desempregados de volta ao trabalho . O projeto de lei teria exigido que os empregadores pagassem cada hora que passasse das 30 como uma hora e meia; ele também estabeleceu um limite de salário mínimo e conjunto de regras concernentes ao trabalho infantil. Fonte: Workers World. Disponível em: <<<http://www.workers.org/2007/us/flint-0412/>>>. Acessado em Novembro, 2014.

das 30 horas deveria ser uma medida de longo -prazo necessária para combater a depressão. No início de 1933, o programa foi arquivado pela Câmara Nacional de Comércio.

Entretanto, uma demanda que esteve presente, de forma tão forte, por tanto tempo, não seria facilmente esquecida pelos trabalhadores. Em 1934, as greves dos portuários de São Francisco, e a greve nacional dos trabalhadores têxteis deram uma sobrevida às 30 horas. Alguns trabalhadores, durante a década, lutaram pelas 35 horas semanais, sendo que o grande índice de desemprego na indústria automobilística e as condições de baixos salário daqueles que trabalhavam gerou uma grande pressão desses trabalhadores para a redução da jornada. Ainda assim, a forte oposição política e empresarial impossibilitou que essa demanda permanecesse por muito mais tempo.

Em 1938, foi aprovada a *Fair Labor Standard Act*, estabelecendo uma semana de trabalho não de 30 horas mas de 40, com direito à hora-extra, um salário mínimo nacional e diversas regras para o emprego de crianças.

Com o fracasso do projeto de lei *Black-Connery* e o advento de *Bretton Woods*, o movimento pela redução da jornada de trabalho perdeu seu momento político, segundo Hunnicutt (1988) o *New Deal* comprometeu o governo federal a assumir as 40 horas semanais, bem como a institucionalização da base contra o “tempo-livre”, na forma de lazer ou de desemprego. O autor afirma que, “ durante os anos 1920, 1930, trabalhadores e outros grupos viam na ‘progressiva diminuição das horas de trabalho’ a fundação prática para velhos sonhos Românticos, bem como um remédio necessário para os problemas econômicos [mas] durante a depressão, o tempo-livre tomou a forma de desemprego massivo (...) ao invés de aceitar as 30 horas semanais como um remédio, Roosevelt e a maioria dos americanos viram esse tempo livre como uma tragédia que deveria ser eliminada pelo aumento da atividade econômica e provisão de trabalho pelo governo”²⁷. A continuidade da reforma social baseada na redução da jornada foi abandonada pela aderência do *New Deal* ao crescimento econômico como a via para o progresso.

É importante ressaltar também que, para Hunnicutt (1988), duas foram as principais causas desse abandono: a mudança de postura dos americanos com o “tempo-livre” e a política. Essa mudança social de atitude tomou formas concretas como leis federais e os motivos políticos se expressaram na condução política durante a depressão.

²⁷ Hunnicutt, 1988:309. Tradução Própria

Since the depression, public policy has been designed to maintain “adequate demand” and ‘full employment’. Government deficit spending, liberal Treasury policies, increased government payrolls, expanded public works projects, and increased military spending have usually been employed when the economy has become “sluggish”. (HUNNICUTT, idem, p. 310)

A redução de trabalho foi esquecida por mais de quarenta anos nos EUA e qualquer iniciativa que procure retomar um debate tão presente até a Grande Depressão é considerado muito radical para a sociedade atual. O novo evangelho econômico do consumo e o mais trabalho foram há muito os vencedores desse debate.

3.1.4 A era do “work-and-spend cycle”

Dado a análise histórica do debate sobre a jornada de trabalho nos Estados Unidos, especialmente do momento inflexivo dos anos 1920-1930, o livro de Juliet Schor será retomado para um estudo mais atual dessa questão focando, especialmente, algumas consequências resultantes da “mudança de valores” dos americanos quanto ao trabalho e o lazer, bem como da postura dos governantes e empresários após os anos 1930 e o papel do consumo na consolidação desses novos valores.

Após a II Guerra Mundial, pouco progresso foi conseguido pelos trabalhadores. Apesar da conquista de menores horas de trabalho em algumas indústrias, a maioria dos trabalhadores não conquistaram reduções em sua jornada. A causa foi praticamente abandonada. Primeiro porque era uma causa “perdida” - a impossibilidade de conquistar as 30 horas semanais deixou os sindicatos em posição fraca - e o segundo problema foi ideológico, segundo a autora, já que a questão do desemprego tomou toda a atenção do debate.

Com o advento da Segunda Guerra, o aumento das horas de trabalho se tornou inevitável – crescendo a semana de trabalho mais de 7 horas entre 1940 a 1944. A guerra foi, inclusive, usada como um instrumento dos empresários para atacar a questão da redução da jornada de trabalho. Militares desfilavam ao redor do país discursando contra a redução das horas de trabalho, tornando-se o trabalho excedente uma forma de honrar o país em tempos de guerra. Com o fim da mesma, uma histeria anticomunista tomou conta do país, os sindicatos foram perseguidos, pois acreditava-se que representavam uma ameaça. As forças conservadoras

unilateralmente denominaram os sindicatos de comunistas, retirando-lhes qualquer possibilidade de ação. A questão da redução da jornada, apesar de sempre ter sido uma demanda dos trabalhadores, mesmo antes da “invenção” do comunismo, passou a ser identificada com forças revolucionárias, sendo fortemente questionada. O conservadorismo do pós-guerra tomou grandes proporções, passando os próprios trabalhadores a ridicularizar a redução da jornada e priorizar o aumento da renda.

Para a autora, o maior paradoxo está no fato de que a redução da jornada se tornava uma não-questão justamente quando seus estudiosos acreditavam que ela seria resolvida e superada pelo desenvolvimento tecnológico (por volta da década de 50 do século XX). Assim como apontara Keynes, havia uma preocupação da sociedade e dos estudiosos com a ociosidade que surgiria quando a questão da jornada de trabalho estivesse resolvida, “como lidariam as esposas tendo seus maridos em casa com finais de semana de 3 a 4 dias?”²⁸ (SCHOR, 1992, p.4). A crise do lazer preocupava a muitos e diversos estudiosos escreviam sobre esse “preocupante futuro”. Todavia, esse medo acabou assim que o “abismo” do tempo livre não se concretizou. Com exceção daqueles que viam com preocupação o aumento gradual da jornada e daqueles que acreditavam na redução da jornada como solução para o desemprego, na década de 70 essa era uma não-questão e, segundo Schor (1992), nem mesmo os que se preocupavam com ela poderiam imaginar que no final da década de 1960, a jornada de trabalho dos americanos iria entrar em uma trajetória ascendente.

Apesar de todas as evidências, especialmente percebidas pelos trabalhadores americanos do aumento da jornada de trabalho, muito custa para os especialistas admitirem que suas previsões estavam erradas e que o país convive com altas horas de trabalho. Os especialistas ainda estão cegos, segundo Schor (1992), pelo progresso e tecnologia, afirmando que essa é uma questão resolvida e que hoje temos a “sorte” de desfrutar de 40 horas semanais de trabalho, férias remuneradas, anos estendidos de estudo e aposentadoria. É claro que, comparado com os séculos XVIII e XIX, nos quais homens, mulheres e crianças americanas chegaram a trabalhar 16 horas por dia, a situação atual é bastante melhor e as conquistas do desenvolvimento capitalista não podem ser relegadas, mas a afirmação de que se trabalha menos e se tem mais lazer que em qualquer tempo histórico é no mínimo equivocada. “A vida de uma pessoa comum na Idade Média, ou na Grécia e Roma antiga podia não ser fácil ou agradável,

²⁸ Tradução Própria

mas eles certamente tinham mais lazer.” (SCHOR, 1992, p.7). A abordagem dominante sobre a jornada de trabalho nos últimos anos ficou restrita à entrada da mulher no mercado de trabalho, mas pouco se falou do aumento da jornada e do declínio do lazer de maneira geral. O trabalho da autora, na década de 1990, foi pioneiro no retorno dessa questão.

Muitas têm sido as teorias para o “aperto do tempo”, desde aquelas que acreditam que o que mudou foi a nossa sensação do tempo e nossas aspirações devido ao desenvolvimento tecnológico²⁹- de Jeremy Rifken- até as que acreditam que o consumo toma tempo, pois mais renda é necessária e menos tempo sobra para o desfrute, e assim as pessoas escolheriam as atividades que tomam menos tempo - de Gary Becker³⁰ e Staffan Linder³¹. Todavia, a autora acredita que essas abordagens são ainda incompletas por não aprofundaram as raízes das longas horas de trabalho, somente analisando os sintomas consequentes.

Mas quais seriam as razões tanto para o esquecimento do debate sobre a redução da jornada de trabalho e o não questionamento, pelo trabalhador, da exaustão do trabalho? Segundo Schor:

In this starkest terms, my argument is this: Key incentive structures of capitalist economies contain biases toward long hours working hours. As a result of these incentives, the development of capitalism led to the growth of what I call “long hour jobs” (SCHOR, 1992, p.7)

No capítulo 3 da obra estudada, *A Life at Hard Labor*, Schor faz uma extensa análise dos fortes incentivos que ela acredita serem responsáveis por manter os trabalhadores em longas horas de trabalho. Nos primeiros estágios, esses incentivos tomavam a forma de salários fixos que não variavam com as horas. No século XX, esse incentivo reapareceu com o salário fixo anual, sendo a forma do salário apenas um dos exemplos. A estrutura de incentivos tomou diversas formas conforme à época. Como exemplo, a autora cita a grande revolução da disciplina promovida por Henry Ford em 1914, que consistia especialmente de dois fatores: 1) inovação técnica, na qual a invenção de uma “esteira de produção” padronizava o trabalho e 2) *Employment Rate*, ou renda do trabalho, que consistia num diferencial de pagamento em relação

²⁹ Rifken acredita que as relações humanas se tornaram laboriosas, pois o tempo passou a ser organizado numa velocidade que a mente humana não pode experimentar (nano segundos). Nos tornamos muito exigentes em termos de atividades, metas e conquistas.

³⁰ BECKER, Gary, 1965, apud SCHOR, Juliet, 1992. **A Theory of Allocation of Time**. Economic Journal, p. 23-34.

³¹ LINDER, Staffan, 1970, apud SCHOR, Juliet, 1992. **The Harried Leisure Class**. Columbia University, p. 23-24.

ao mercado, fundamental para disciplinar os trabalhadores que não se contentaram com a inovação da “esteira”. Como exemplo de Ford, a “esteira de produção” e a *employment rate* se espalharam pela economia. Com a renda do trabalho, os trabalhadores ficaram menos propensos a perder o emprego ou arriscar fazê-lo, até porque quando mais alta essa renda menor a chance de o trabalhador encontrar uma posição com renda semelhante, ou seja, foi um fator disciplinador fundamental que aumentou e muito a dependência do trabalhador para com o trabalho.

Já na segunda metade do século XX, os benefícios extras (aposentadoria, seguro de saúde, férias remuneradas, etc) se tornaram um grande incentivo para as longas horas de trabalho por serem pagas de acordo com o salário base de cada trabalhador e não pelas horas trabalhadas, criando uma estrutura de custos bastante vantajosa para o empregador, já que o empregado não pode escolher trabalhar menos horas e manter os benefícios proporcionalmente às horas trabalhadas, ou trabalha-se todo o período ou não recebe. Segundo Schor (1992), as longas horas de trabalho no pós-guerra tinham grande base na questão dos “benefícios extras”.

A década de 80 do século XX foi outro momento em que as bases para as longas horas de trabalho foram reforçadas. Na década de 1970, o país sofrera grande concorrência internacional— especialmente com o Japão— deprimindo os lucros da indústria e aprofundando a recessão no país. Os trabalhadores foram obrigados a assumir grande parte do prejuízo, havendo demissão em massa e aumento arbitrário das horas de trabalho³².

Ademais, outra questão tem papel fundamental para as longas horas de trabalho: os padrões de consumo criados pela própria indústria no pós-guerra. O consumo pós-guerra foi transformado em uma forma de “benção”, na qual mais era melhor. Quase todo mundo participou do *boom* do consumo, “a classe alta, média e baixa teve cerca do dobro de renda e bens materiais do que antes” (SCHOR, 1992, p.109). Implantou-se um padrão de consumo de massa sem precedentes históricos.

It's hard to imagine how having more desired good could make one worse off, especially since it is always possible to ignore the additional quantity. Relying in this little bit of common sense, economists have championed the closely related ideas that more goods yield more satisfaction, that desires are infinite, and that people act to satisfy those desires as fully as they can. (SCHOR, idem, p.9)

³² Que se deram de 2 formas: direta, ou seja, pela simples demanda de mais esforço e horas de trabalho, e aqueles que não se sujeitassem a isso seriam demitidos; indireta, ou seja, através da redução da remuneração por hora do trabalho, corte de benefícios, o que, conseqüentemente demandou mais horas de trabalho do trabalhador para poder manter seu padrão de vida anterior.

Segundo Schor (1992), no pós-guerra as pessoas passaram a se acostumar com recompensas materiais de prosperidade, o que erodiu o desejo pelo lazer. O consumo passou a ser a busca máxima de satisfação e até de sentido da vida e o sucesso passou a ser condicionado pela quantidade de bens e serviços que o indivíduo fosse capaz de adquirir. Entretanto, esse modo de vida traz uma grande armadilha: e se a felicidade, a satisfação não for dependente somente de quanto se consome, mas quanto se consome em relação aos outros? Assim como tratara Keynes e também Skidelsky&Skidelsky (2012), existem necessidades chamadas de “relativas”, ou seja, aquelas que dependem da posição em relação as demais, e essa é uma consideração fundamental para entender o consumismo que se espalhou no pós-guerra e tomou proporções gigantescas nos anos 80. Segundo a autora, não há dúvida de que algumas aquisições melhoram a vida das pessoas, “mas quanto do que consumimos nos mantém numa esteira estacionária? (...) o problema com a esteira não é somente ela ser estacionária, mas também porque temos que trabalhar longas horas para nos manter nela” (SCHOR, 1992, p.9). A partir disso, pode-se analisar uma das questões principais que regem esse livro e que é de fundamental importância para esse trabalho: a esteira do consumo e as longas horas de trabalho mantém os americanos no que a autora chama de “ciclo vicioso do *work-and-spend*”.

O ciclo vicioso do *work-and-spend*, termo cunhado por Shor, trata-se de uma “doença”, uma aflição dos americanos, mas especialmente da classe média e alta, branca, que têm grande influência econômica na sociedade americana. São as pessoas que ganham o suficiente para ter uma vida confortável, têm casa própria ou condições de pagar aluguel sem problemas, dar educação de qualidade e se manter no padrão de consumo exigido pela sociedade. Ao mesmo tempo, sentem-se insatisfeitos com sua renda, acreditando ser cada vez mais difícil ter uma vida de “qualidade” (leia-se, consumir) e sentem a necessidade de trabalhar mais e mais para se manterem na “esteira” do padrão de vida. Entretanto, essa distinção é bastante relativa, pois a renda somente não é suficiente para fazer essa discriminação, dependendo também do tamanho da família, preço da habitação, onde vivem e capacidade de financiar a casa própria e a educação dos filhos. Porém, uma coisa é certa, grande parte da população não é capaz de participar dessa categoria, não porque não quer, mas porque não pode. Esse grupo de pessoas excluídas do ciclo são as detentoras de trabalhos de meio-período ou temporários, desempregados (por não encontrarem emprego, ou por terem que cuidar dos filhos), tendo dificuldades de pagar o

aluguel, até mesmo comprar roupa, remédios e comida³³. Ainda assim, essas pessoas não estão livres da pressão do consumo e se pudessem, também estariam inseridos nesse ciclo vicioso, já que “a propaganda televisiva, a competição com o próximo, o exemplo dado em todo lugar pelos afortunados, continuamente testemunham o valor do alto padrão de vida” (SCHOR, 1992, p.114).

Para Schor (1992), não há dúvidas de que o consumo trouxe melhorias na qualidade de vida, mas “quando adicionamos tudo aquilo que consumimos e consideramos o impacto geral disso tudo, em detrimento do efeito de cada um, o cenário fica sombrio (...) Quanto menos ‘necessário’ e mais ‘luxuoso’ é o item, mais difícil é assumir automaticamente que as compras rendem valor intrínseco” (SCHOR, 1992, p.115)³⁴ e mesmo assim, continua-se buscando a felicidade o consumo, sem contrapartida, já que as próprias pessoas relatam que não se sentem mais felizes, mesmo com maior renda e possibilidade de consumir mais. Há, portanto, a criação de um “descontentamento” - já que a saturação das necessidades representa uma grande ameaça aos negócios- e esse é um dos grandes incentivos para as longas horas de trabalho.

Além da questão do “descontentamento”, como foi citado acima, “quanto mais a nossa felicidade deriva da comparação com os outros, menos bem-estar adicional nós conquistamos do aumento geral da renda” (SCHOR, 1992, p.123).³⁵ Portanto “o consumismo nos prende numa armadilha quando nos habituamos à boa vida, rivalizamos com os nossos vizinhos, ou somente quando somos apanhados pelas pressões sociais criadas pelas escolhas das outras pessoas. *Work-and-spend* se tornou uma poderosa síndrome que mutuamente se fortalece - uma rede sem costura que continuamos de alguma maneira escolhendo, mesmo sem querer.” (SCHOR, 1992, p. 112).³⁶

4. CONCLUSÃO

A inspiração para o trabalho, o texto *Possibilidades Econômicas para Nossos Netos* de John Maynard Keynes, abriu um leque de discussões bastante abrangentes no meio acadêmico. A

³³ Essas estimativas foram retiradas do próprio livro e são referentes à pesquisa *Gallup Poll* de 1989. 13% dos entrevistados declararam ter tido dificuldade, no ano anterior, de comprar comida; 17% declarou não ter dinheiro suficiente para roupas e 21% para medicamentos. É interessante notar que essa pesquisa é subestimada pois é realizada por telefone, ou seja, as pessoas que não o possuíam foram excluídas da pesquisa. Juliet ainda ressalta que na população afro-descendente, as proporções seriam ainda maiores.

³⁴ Tradução Própria.

³⁵ Tradução Própria.

³⁶ Tradução Própria.

sua importância não pode ser negligenciada, já que o mesmo inspirou e inspira obras e discussões, mesmo depois de mais de 80 anos de sua publicação e também porque foi possível perceber que as expectativas de Keynes em relação à redução da jornada de trabalho para os 100 anos à frente não eram descoladas da realidade e potencialidade do sistema capitalista. Entretanto, como a história foi capaz de provar, interesses poderosos e conflitantes foram capazes de mudar o rumo da “promessa” do progresso técnico e criar “necessidades” que continuaram prendendo o ser humano ao seu eterno problema econômico: trabalhar para sobreviver. Algo não previsto por Keynes.

Ademais, o estudo da jornada de trabalho americana, como o caso representativo de uma economia plenamente desenvolvida, como imaginado por Keynes, nos possibilitou perceber que o sistema capitalista foi capaz de canalizar o desejo humano para o consumo e criar a “insatisfação”, bem como maneiras de prender os trabalhadores às longas horas de trabalho. Por meio desse estudo, foi possível constatar que a “nova era do consumo de massa” foi resultado de um processo longo e muito debatido e não algo “dado”. O desejo pelo consumo supérfluo não é algo inerente à existência humana, presente desde os primórdios da humanidade, como é desenhado por muitos através de uma análise superficial da sociedade, mas está diretamente relacionado às mudanças de valores necessárias para a continuidade de um crescimento econômico ilimitado.

Ao contrário do que acreditava Keynes, o homem não findou o desejo pelo dinheiro assim que conseguiu desenvolver plenamente suas capacidades produtivas, ou seja, a “barganha faustiana” não chegou ao fim. O que podia parecer óbvio para Keynes, o fim do amor ao dinheiro quando da superação das necessidades absolutas, não se materializou. Continua-se sacrificando o lazer de qualidade, as relações interpessoais entre outros prazeres da vida pela ânsia por mais e mais dinheiro, mas agora com a transformação do consumo em fim último de felicidade.

5. REFERÊNCIAS

DOSTALER, Gilles. **Keynes and his battles**. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Elgar, c2007.

GRAAF, John de (Org). **Take Back Your Time**. Berrett-Koehler Publishers, 2003.

GAZIER, Bernard. **John Maynard Keynes**. Paris: L & M Pocket, 2011.

HARROD, Roy. **The Possibility of Economic Satiety**: use of economic growth for improving the quality of education and leisure. Em *Problems of US Economic Development*, Washington: Committee for Economic Development, 1958

HUNNICUTT, Benjamin Kline. **Work without end**: abandoning shorter hours for the right to work. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

H.Bielenski, G.Bosh e A.Wagner, **Employment and Working Time in Europe** (Dublin: European Foundation For the Improvement of Living and Working conditions [EFILWC], 2002.

KEYNES, John Maynard. Economic Possibilities For Our Grandchildren. In: **Essays in Persuasion**. New York: W.W Norton & Co, 1963.

_____. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo, SP; Brasília, DF: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da UnB, 2002.

KING'S COLLEGE CAMBRIDGE. **A Cambridge secret revealed**: the Apostles. Disponível em:< <http://www.kings.cam.ac.uk/archive-centre/archive-month/january-2011.html>>. Acesso em: Abril, 2014.

MOORE, G. E. **Principia ethica**. London: Cambridge University Press, 1959, reimp. 1976.

RUSSELL, Bertrand; LAFARGUE, Paul; DE MASI, Domênico (Coaut. de). **A economia do ócio**. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2001.

SCHOR, Juliet. **The Overworked American**: the unexpected decline of leisure. New York: Basic Books, 1992.

_____. **The (even more) Overworked American**,” in John de Graff, editor, *Take Back Your Time: Fighting Overwork and Time Poverty in America* (San Francisco: Berrett-Koehler:) 2003. (excerpted in Boston College Magazine, Winter 2004, p. 15.)

SKIDELSKY, R. **John Maynard Keynes**: the economist as a savior: 1920-1937. United States of America: Penguin Books., 1992.

SKIDESLKY, Robert & SKIDELSKY, Edward. **How Much Is Enough? Money and the Good Life**. New York: New Press, 2012.

WORKERS WORLD. **Workers need 30-hour week more than ever**. Disponível em: <<http://www.workers.org/2007/us/flint-0412/>>. Acesso: Novembro, 2014.

